

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Faculdade de Ciências Humanas

Programa De Pós-Graduação Em Antropologia Social

Eliane Cavalcante

O CENTRO E A CIDADE:

Interpretação do discurso político institucional nas políticas públicas em habitação social no centro de Campo Grande, MS, na perspectiva da Antropologia Urbana

Campo Grande, MS

2025

ELIANE CAVALCANTE

O CENTRO E A CIDADE:

Interpretação do discurso político institucional nas políticas públicas em habitação social no centro de Campo Grande, MS, na perspectiva da Antropologia Urbana

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Antropologia Social na Faculdade de Ciências Humanas, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito à obtenção do Título de Mestra em Antropologia Social.

Orientação: Prof. Dr. Francesco Romizi

Campo Grande, MS

2025

ELIANE CAVALCANTE

O CENTRO E A CIDADE:

Interpretação do discurso político institucional nas políticas públicas em habitação social no centro de Campo Grande, MS, na perspectiva da Antropologia Urbana.

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Antropologia Social na Faculdade de Ciências Humanas, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito à obtenção do Título de Mestre em Antropologia Social.

Campo Grande, MS, ____ de _____ de 2025

Banca Examinadora

(Orientador) Prof. Dr. Francesco Romizi
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a. Dr.^a. Mara Aline dos S. Ribeiro
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a. Dr.^a. Ana Claudia Marques Bacarji
Universidade Católica Dom Bosco

Dedico esta dissertação a todas as famílias que necessitam de habitação própria e lugar digno para morar de maneira honesta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que, de maneira direta ou indireta, colaboraram com a realização desta pesquisa, profissionais de diversos campos de atuação, no setor público e privado, Docentes e discentes, interlocutores e interlocutoras, meus agradecimentos.

“A pesquisa antropológica de cunho científico é um devir em constante transformação. Os ensaios laborais no campo etnográfico contribuem na valorização do conhecimento coletivo em diversos campos de atuação”.

Eliane antropóloga, Século XXI

RESUMO

Esta dissertação de mestrado interpreta o discurso político institucional do(a) Planurb, também denominado Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Campo Grande, MS, relacionado à habitação social que tenha características de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, no centro de Campo Grande, MS. A metodologia baseia-se em um levantamento bibliográfico e iconográfico inicial no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e no Arquivo Municipal de Campo Grande, MS, seguido de pesquisa em informações veiculadas na mídia local em Campo Grande, MS, e no site institucional do(a) Planurb. O trabalho de campo inclui registros iconográficos em edificações que não cumprem a função social de habitação no Centro e, com referência a este, realizadas descrições etnográficas e cartográficas. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, concentro-me nos argumentos teóricos da Antropologia Urbana, com foco em Geografia e Planejamento Urbano. Na interpretação do discurso político institucional, foi possível confirmar a hipótese de que o (o) Planurb não prioriza a implementação de habitação social e popular, nas edificações com características de preservação histórica e arquitetônica no Centro.

Palavras-chave: Pertencimento; Patrimônio; Habitação social; Preservação; Direitos sociais.

ABSTRACT

This master's thesis interprets the institutional political discourse of Planurb, also known as the Municipal Environmental and Urban Planning Agency of Campo Grande, MS, related to social housing with characteristics that preserve the related historical and architectural heritage in downtown Campo Grande, MS. The methodology is based on an initial bibliographic and iconographic survey at the Historical and Geographical Institute of Mato Grosso do Sul and the Municipal Archive of Campo Grande, MS, followed by research into information published in local media in Campo Grande, MS, and on Planurb's institutional website. Fieldwork includes iconographic records in buildings that do not fulfill the social function of housing in the downtown area, as well as ethnographic descriptions of these buildings and their cartographic locations. From an interdisciplinary perspective, I focus on the theoretical arguments in Urban Anthropology, focusing on Geography and Urban Planning. In the interpretation of the institutional political discourse, it was possible to confirm the hypothesis that Planurb does not prioritize the use of iconographic buildings with characteristics of historical and architectural preservation, in the implementation of social and popular housing in the Center.

Keywords: Belonging; Heritage; Social housing; Preservation; Social rights

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB: Associação dos Geógrafos Brasileiros

BNH: Banco Nacional de Habitação

CMDU: Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbanístico (Conselho da Cidade)

DIOGRANDE: Diário Oficial de Campo Grande, MS

FACH: Faculdade de Ciências Humanas

FAU/USP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

IAB: Instituto dos Arquitetos do Brasil

IHGMS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

MNRA: Movimento Nacional pela Reforma Urbana

MZ1: Macrozona de Adensamento Prioritário 1

MS: Mato Grosso do Sul

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais

Planurb: Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Campo Grande, MS, também denominado Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano

PT: Partido dos Trabalhadores

PDDUA: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental

RU: Região Urbana

SISGRAN: Sistema Municipal de Indicadores Georreferenciados para o Planejamento e a Gestão de Campo Grande

SPM: Sistema Municipal de Planejamento

UFMS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

1 – Introdução	11
2 – Capítulo I – Apresentando o campo antropológico de pesquisa e o olhar de quem o interpreta	15
3 – Capítulo II – Conceitos interdisciplinares: referenciais, ensaios e participações em Antropologia Urbana	32
4 – Capítulo III – O território de pesquisa na cidade de Campo Grande, MS, e as possibilidades de habitar a cidade na perspectiva do Centro	50
5 – Capítulo IV – Ponderações no campo antropológico de pesquisa sobre Habitação Social no Centro	57
6 – Capítulo V – Etnografando interlocutores	62
7 – Capítulo VI – Considerações	67
Fontes e Referências Bibliográficas	69

1 – INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado *O Centro e a Cidade, interpretação do discurso político institucional nas políticas públicas em habitação social no centro de Campo Grande, MS*, tem como referencial de pesquisa central a interpretação do discurso político da atual Administração Municipal reeleita à Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS, na última Eleição Municipal, representada pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano, também denominada Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano – Autarquia Municipal responsável pela formulação da política urbana no município, incluindo nesta a habitação de cunho social, destinada às classes sociais com menos recursos financeiros –, enfatizando a questão da política pública de habitação social no centro, na perspectiva da antropologia urbana, em edificações com características de preservação histórica e arquitetônica que não estão cumprindo a função com moradia, ou por abandono dos terrenos e edificações ou por acúmulo de dívidas de imposto predial territorial urbano.

Priorizei apresentar minha escrita etnográfica na primeira pessoa do singular, quando me refiro às minhas opiniões e escolhas metodológicas, e na primeira pessoa do plural, quando incluo nestas as sugestões acolhidas durante o percurso de pesquisa, seja do Professor Responsável na Orientação desta pesquisa, seja por outros e outras Docentes e discentes, durante a trajetória de participação neste mestrado.

Quando iniciei o contato e o levantamento bibliográfico na Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS, referente às questões de habitação social e preservação do patrimônio histórico e arquitetônico (representada pela Autarquia Municipal responsável pelas diretrizes municipais neste assunto), o(a) Planurb era reconhecido enquanto Instituto Municipal de Planejamento Urbano. A partir de 2024 encontrei a denominação Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano no site. Decidi manter as duas maneiras de denominá-lo(a) nesta pesquisa: Instituto e Agência, nesta interpretação, se referem ao (à) Planurb.

Este Instituto ou Agência veicula as informações representativas deste discurso político em um acervo digital disponível à consulta pública, com legislações, registros de audiências públicas, iconografias, atas, composição de Conselhos Deliberativos, mapas e planos de implantação de projetos habitacionais na cidade. O Planurb ou Agência possui uma

Biblioteca com um acervo no qual muito do que está salvo no site institucional está na Biblioteca desta Autarquia.

Referenciada em pesquisa bibliográfica a partir de 2018, em acervos públicos na cidade de Campo Grande, MS, territorializei o estudo no quadrilátero representativo de uma ocupação histórica no Centro, que apresenta características arquitetônicas de preservação do patrimônio, as Ruas Calógeras, Dom Aquino, Rua 14 de Julho e Avenida Mato Grosso (Imagem 1, página 14), compreendendo esta escolha o início da elaboração de uma proposta de projeto piloto que sugere diretrizes de requalificação, restauro e aproveitamento de edificações e terrenos que possam ser encampados e destinados a moradia em projetos habitacionais às classes sociais, famílias que não possuem casa própria e possam empreender no centro. Esta territorialidade é política também, à medida que busca destinar edificações a projetos habitacionais populares em caráter permanente e interpreta um discurso político institucional caracterizando a política urbana habitacional de cunho social, no centro da cidade de Campo Grande, MS.

É a antropologia urbana a filha mais nova no espectro maior da ciência antropológica. Interpretar um discurso político institucional em uma Autarquia Pública que formula planos habitacionais no centro da cidade de Campo Grande, MS, a partir de sua veiculação em um site institucional, é um desafio a esta pesquisadora.

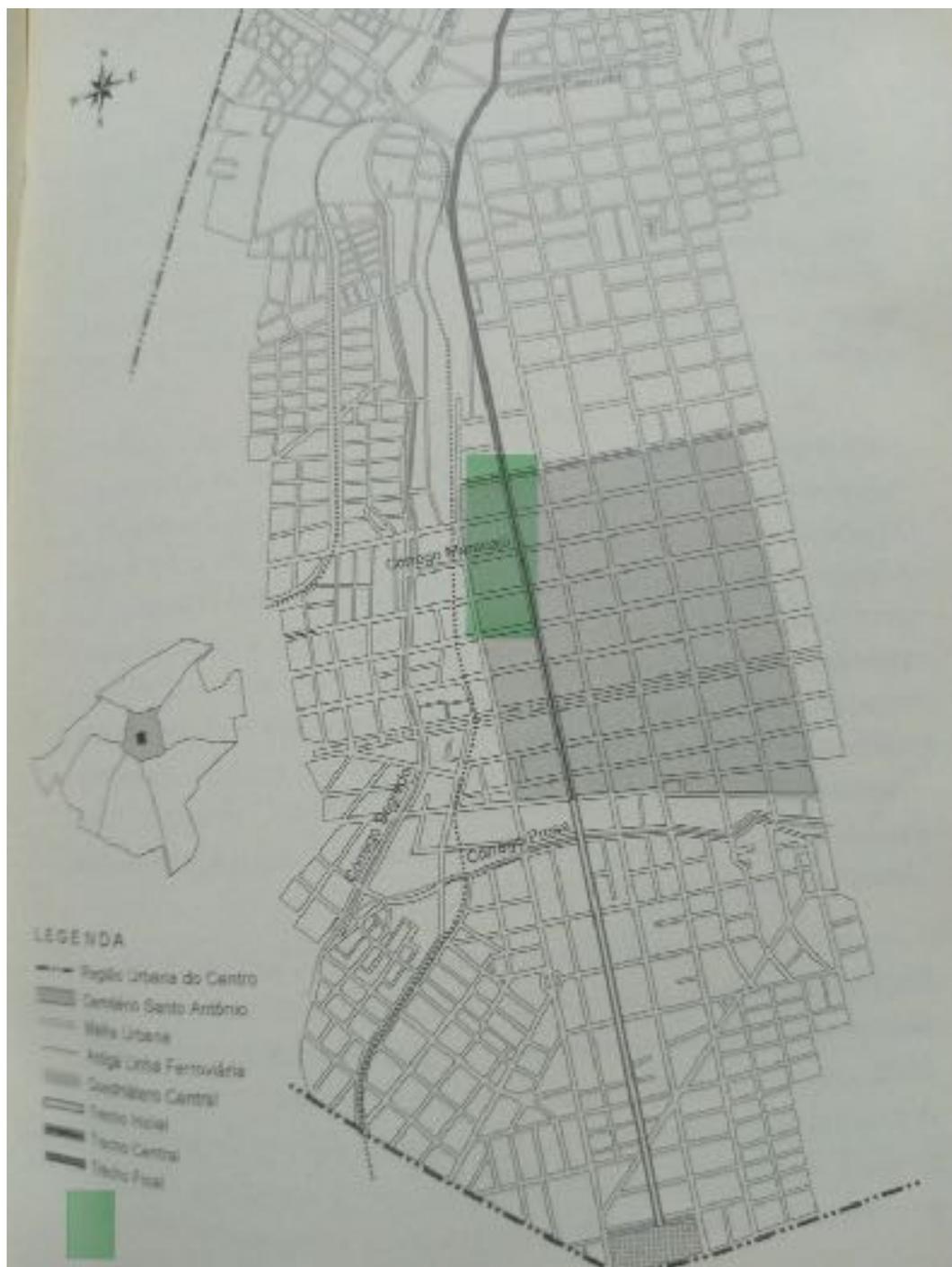
Depois do levantamento bibliográfico, nos acervos públicos na cidade e na Internet, voltado à habitação social ou popular no centro em Campo Grande, MS, busquei informações nas mídias locais, em 2024, que divulgassem informações sobre o assunto. Encontrei muitas notícias veiculadas nas mídias impressas no período pré-eleitoral sobre os projetos habitacionais encampados pelo Governo Municipal. Nada muito específico à questão habitacional de cunho social e popular no Centro, nas edificações que iconografei, ou seja, ainda que me proporcionassem conteúdo informativo no escopo de pesquisa, não apresentavam fatos específicos sobre o meu recorte territorial de interpretação.

Tendo como referência antropológica e geográfica o Centro enquanto lugar de moradia possível, que possibilita acessar bens históricos, culturais e educacionais promovendo uma vida digna, sem o uso de transporte em longas distâncias, e acesso a um consumo sustentável, não consigo pensar a implementação de projetos habitacionais nesse entorno sem a presença da visão interdisciplinar.

A interdisciplinaridade agrega informações de inúmeras outras áreas do conhecimento, comum aos urbanistas e especialistas em planejamento urbano, podendo somar conhecimento profissional da história, da educação, das artes, da ciência ambiental, da assistência social, do turismo, do setor jurídico e da saúde. Desse modo, a implementação de projetos habitacionais é algo coletivo aos diversos saberes.

Desejo ter conseguido me fazer compreender e entendo esta dissertação como um ensaio laboral da prática de pesquisa em antropologia urbana, que vem ganhando novas fronteiras e espaços de elaboração científica, com a disponibilidade de recursos de inúmeras outras ciências, inúmeros olhares e interpretações. Em sua variedade conceitual não pode perder o foco no conhecimento a favor das pessoas mais necessitadas do ponto de vista financeiro, incluindo aquelas que carecem de um lugar para habitar e estudar, valorizando uma cidadania plena.

Imagem 1 –Destaque nas edificações Região Urbana Centro – Campo Grande, MS



Fonte – Oliveira Neto (2005, p.23)

2 – CAPÍTULO I – APRESENTANDO O CAMPO ANTROPOLÓGICO DE PESQUISA E O OLHAR DE QUEM O INTERPRETA

"Há um centro no meio da cidade e há uma cidade neste centro; há uma origem histórica e arquitetônica neste centro, há testemunhos da ocupação original na cidade neste centro, há inúmeras etnias neste testemunho, há memória de diversas migrações nestas etnias, há presença multiétnica e multiterritorial nesta memória. Há materialidade e subjetividade nas formas e nos movimentos deste centro. Vamos salvá-lo!"

Eliane na Cidade, Século XXI

Nesta pesquisa de mestrado em antropologia social, que compreendo ser uma etapa do desenvolvimento do conhecimento científico amparado em pressupostos epistemológicos a partir de um plano de pesquisa com trabalho de campo, desenvolvo uma questão importante de ser destacada em um conjunto de informações, teorias e métodos.

A questão central em destaque é a interpretação que faço do **discurso político e institucional** relacionado à habitação social, em lugares – terrenos e edificações – que possuam características de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, verbalizado ou veiculado no site do Planurb, Instituto também denominado Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Campo Grande, MS, que representa a proposta da Administração Pública local na questão da habitação social no centro.

Minha hipótese de pesquisa, referenciada em levantamento bibliográfico de 2018 a 2021, e no trabalho de campo de 2023 a 2025, é que tanto o discurso político quanto o plano prático de efetivá-lo, no que tange a política pública habitacional, ainda que se ampare em legislações urbanísticas, não prioriza projetos de habitação social permanentes no centro da cidade de Campo Grande, MS, no sentido de transformar a estrutura da terra urbana e a estrutura social dos não proprietários (as). Priorizar a distribuição da posse da terra urbana aos não proprietários e proprietárias, oportuniza o empoderamento socioeconômico dos (as) mais necessitadas (as), vinculando a implantação de políticas públicas de habitação social a projetos permanentes de preservação e valorização do patrimônio histórico e arquitetônico no centro, em edificações que não cumprem a função social de morar, como também em outros tipos de edificações que estejam desocupadas neste centro.

As informações veiculadas no site institucional sob responsabilidade do Planurb, Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Campo Grande, MS, estão muito bem apresentadas, porém não enfatizam lugares desocupados que não cumprem a função social com moradia – e que tenham potencial de intervenção urbanística voltada à habitação social de caráter permanente, ou seja, que garanta a posse do imóvel à nova proprietária ou ao novo proprietário, em lugares que possuem uma riqueza histórica e arquitetônica – confirmando minha hipótese de pesquisa.

No primeiro contato com a Equipe de Planejamento Urbano no município com arquitetos(as) designados(as) a uma conversa no Planurb, durante o segundo semestre de 2024, perguntei sobre a possibilidade do Governo Municipal oferecer habitação popular nas edificações iconografadas no centro de Campo Grande, MS, onde há características históricas e arquitetônicas do surgimento deste centro e, portanto, há também a possibilidade de preservação, e mostrei as fotos que fiz nas edificações no centro, algumas já apresentadas nesta pesquisa, nas imagens 2 e 3. Me foi respondido que nunca tinham pensado nisso; e que inclusive a tendência atual é derrubar o que é antigo e necessita de restauro, e começar um projeto com arquitetura nova, porque tem a probabilidade de ser mais viável do ponto de vista econômico.

Com esta questão descrita, entendo estar buscando construir uma etnografia do discurso institucional do Governo local, representado pelo(a) Planurb, no que concerne à habitação social ou popular no centro. Etnografo, a partir da interpretação do discurso político veiculado em site e verbalizado em conversas, com método antropológico, a política pública habitacional de cunho social no centro da cidade de Campo Grande, MS, interpretando também os devires dos que podem ser amparados por tal política habitacional.

Ao elaborar a hipótese apresentada, e nesta alguns argumentos pesquisados, seja em trabalho de campo ou em pesquisa bibliográfica, demonstro a maneira como entendo o fazer etnográfico. Na Antropologia Urbana contemporânea, a Etnografia, enquanto estudo e interpretação da cultura humana, seus modos de ser e de estar, inclui a compreensão das formas de habitar e reivindicar a habitação, e os aparatos institucionais voltados a esta. Portanto, hipotetizar, levantar informações, interpretar e registrar o campo pesquisado neste Centro são condições de pesquisa etnográfica em Antropologia Urbana.

A conceituação do que vem a ser o discurso político, e de maneira específica sua interpretação, é amparada na proposta de Bourdieu (2012), a partir do conceito de poder simbólico enquanto “poder de construção da realidade” (Bourdieu, 2012, p. 9). Segundo Pierre Bourdieu o discurso político é originado nas lutas simbólicas no campo político e está amparado no capital econômico e social daqueles que possuem este capital (Bourdieu, 2012, p. 12).

Bourdieu propõe, em sua obra *O Poder Simbólico*, à luz da interpretação marxista, que este poder simbólico representa um instrumento de dominação relacionado aos interesses de uma classe dominante, que tende a apresentá-lo como um interesse coletivo. Entretanto serve a interesses particulares, se apropriando da comunicação (Bourdieu, 2012, p. 10), seja esta verbalizada ou veiculada, na situação desta pesquisa, a partir das audiências públicas que discutem a questão habitacional no centro e nas informações veiculadas no site do Instituto, em um discurso que desmobiliza as classes dominadas, cooptando o próprio espaço representativo nos Conselhos Deliberativos.

Penso em uma perspectiva inicial no conceito de habitação social que seja não apenas um lugar de moradia, ou seja, que possa ser um lugar de empreendimento e de valorização do centro da cidade de Campo Grande, MS. É preciso entendê-lo como espaço educativo, no qual é possível ler, interpretar e valorizar a história de ocupação e formação deste centro, representada na materialidade e nas simbologias e significados de sua urbanização, preservada em espaços de documentação e pesquisa, como o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS) e o Arquivo Municipal de Campo Grande.

Em uma segunda etapa da pesquisa, com o campo antropológico melhor delimitado, o conceito de habitação social se amplia na perspectiva das políticas públicas desenvolvidas no Planurb, que é a instância municipal da Administração Pública responsável pelo planejamento urbano e habitacional na cidade e na perspectiva da representatividade e participação política democrática da população do Centro, representada no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbanístico e Conselho Regional da RU Centro.

O campo territorial e etnográfico desta pesquisa são as edificações que não cumprem a função social com moradia e que possam ser recuperadas, restauradas, adequadas, reformadas ou revitalizadas, preservando suas características históricas e arquitetônicas. Estão localizadas no quadrilátero na Rua Calógeras até a Rua 14 de Julho, e na Avenida Mato Grosso até a Rua

Dom Aquino. No trabalho de campo no Centro foi possível identificar edificações com as características apresentadas em outros quadriláteros nesta região, porém escolhi definir o quadrilátero anterior, enquanto interpretação e proposta piloto (Imagem 1, página 14, duas quadras ao norte do Córrego Maracajú e duas quadras ao sul, destacadas na legenda).

O discurso político institucional do Planurb relacionado à habitação social e popular no Centro, sua materialização teórica no Plano de Desenvolvimento desta Região Urbana e respectiva materialidade física, que inclui, de maneira respectiva, adequação, revitalização, construção e o restauro de edificações destinadas a projetos habitacionais e comerciais, e a valorização de vias de pedestre e fachadas com características de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, sejam estas no Centro ou em seu entorno, é interpretado na perspectiva antropológica e entendido como o campo político institucional territorializado neste Centro, relativo às políticas públicas habitacionais e de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, ainda que neste, a princípio, esteja voltado às edificações comerciais.

A partir do raciocínio descrito no parágrafo anterior, com a pesquisa no centro da cidade de Campo Grande, MS, entendo este espaço histórico e geográfico:

A) Necessário à ocupação com habitação social, à medida que possibilita agregar geração de emprego e renda e valorização das edificações que apresentam características de uma ocupação urbana originária e moderna - a partir de projetos de empoderamento dos possíveis habitantes, que possam utilizar um espaço dentro de suas moradias com algum comércio –, proporcionando segurança no centro da cidade, melhoria nas vias de circulação, convívio coletivo e implantação de serviços de atendimento à população como Unidade Básica de Saúde, informações sobre os roteiros turísticos na cidade (o próprio centro é um roteiro turístico), e no Estado, com implantação de postos de informações permanentes e outras possibilidades de ampliação de cidadania agregados a tais espaços: campanhas de saúde (vacinas), campanhas educacionais (cadastro de vagas na creche e nas escolas de educação básica e ensino superior), isto é, que amplie o acesso inclusivo a moradias às classes sociais de média e baixa renda, aquelas com ganhos até cinco salários mínimos, que não possuem imóveis e automóveis, moram em edificações alugadas ou emprestadas e não tenham condições de adquirir uma casa com recursos próprios.

B) Educativo, no sentido de oportunizar roteiros de pesquisa na materialidade desta cidade aos alunos(as), (na educação básica e ensino superior) e contemple neste a valorização das origens da cidade a partir da preservação do patrimônio histórico e arquitetônico (PCN, 1997,1998; BRASIL, 2024), opondo-se a outra lógica de ocupação de áreas centrais em cidades, que privilegia os grandes empreendimentos imobiliários, a especulação imobiliária e a exploração da renda da terra urbana.

Ao mesmo tempo, é uma lógica que valoriza o espaço urbano de morar e o conceitua como um espaço solidário, colaborativo, propondo adequação do espaço público e valorizando o pedestre (Carta do Novo Urbanismo, 2001), com possibilidade educativa inclusiva no sentido amplo do termo, a saber, inclusões educacionais, cognitivas, físicas e representativas de diversos grupos sociais que melhorem o convívio no espaço urbano e ampliem o acesso ao mesmo, enquanto espaço de morar (Soares Filho, 2001), entendendo a moradia como um direito social Constitucional (BRASIL, 1988).

Nesta proposta, à medida que desenvolvo a descrição e a interpretação etnográfica do campo de pesquisa, que possibilita o fazer antropológico, proponho intervenções no espaço urbano estudado e uma percepção conceitual de cunho educativo e cultural – pensando a cultura na forma de habitar e reivindicar habitação. De acordo com o que apresento nos parágrafos anteriores, algumas das intervenções estão sendo implantadas nesta atual Administração ou estão com projetos em estudo a partir do Plano de Desenvolvimento Região Urbana (RU) Centro, conforme foi possível constatar no trabalho de campo desenvolvido, nas conversas com técnicos no Planurb e no site institucional.

Desta forma, a elaboração de um conceito de habitação social ou habitação popular nesta pesquisa está estruturada na valorização do patrimônio histórico e arquitetônico, testemunho da ocupação originária deste centro, que inclua populações com menos condições financeiras, na democratização do acesso a habitação, tornando o espaço de morar permanente e não apenas uma política compensatória de aluguel social.

Tal política pública, na maneira como está apresentada nesta atual Administração Municipal, não resolve em definitivo a questão habitacional no centro e não privilegia projetos sociais e econômicos voltados a este perfil populacional em longo prazo, agregado à questão do patrimônio histórico e arquitetônico. E, portanto, tem que ser adequada enquanto

um devir às classes sociais com menos recursos, no sentido de equalizar oportunidades de acesso a moradia e tudo que possa ser propiciado em seu entorno, para o pleno desenvolvimento da cidadania e da cidade. Em outras palavras, refere-se a um conceito de habitação social que modifique a estrutura da propriedade da terra urbana, oportunizando moradia a quem não a tem.

O conceito de habitação social proposto está em consonância com as ideias de Henry Léfèbvre em seu livro *O direito à cidade*, publicado em 1968, período de grandes reivindicações sociais na França, com o título original “Le Droit à la ville”. Segundo Léfèbvre (2001) este direito pressupõe reivindicações contra a alienação e segregação produzidas no espaço urbano capitalista e a gestão democrática na cidade, o direito ao lazer e à moradia. Tais reivindicações, no caso brasileiro, foram incorporadas aos movimentos sociais em suas manifestações por acesso à moradia na cidade e por reforma urbana.

Os objetivos de desenvolvimento sustentável: cidades e comunidades sustentáveis, indicados pelas Nações Unidas e incluídos nesta proposta, a qual faço referência no parágrafo anterior, sugerem tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; inclusive planejar, até 2030, a garantia do acesso à moradia digna a toda população, adequada e a preço acessível, aos serviços básicos, urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade (IPEA, 2024), e estão em consonância com os objetivos desta pesquisa de Mestrado e com a proposta da atual Administração Municipal no planejamento, regularização e efetivação de metas que viabilizem moradia à população menos favorecida no centro de Campo Grande, MS (Plano de Desenvolvimento RU Centro - Campo Grande, MS, Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS, 2024), ainda que a questão do aluguel social seja uma política compensatória e necessite ser melhor pensada, no sentido de viabilizar moradias permanentes à população no centro e em todo município, conforme destaquei na interpretação do discurso político em parágrafos anteriores.

A princípio, ao ingressar no Mestrado em Antropologia Social, o intuito inicial do projeto de pesquisa era compreender a vida das pessoas que ocupam moradias alugadas no Centro da cidade de Campo Grande, MS, destacando na abrangência do estudo os pressupostos legais que amparam o direito de morar em áreas urbanas.

Escolhi pessoas que ocupam moradias alugadas, por entender ser este grupo social uma representação de demanda por moradia no Centro da cidade de Campo Grande, MS e por ter um campo de pesquisa vivenciado na questão habitacional, considerando que morei em casas alugadas no entorno deste Centro em distintos períodos na década de 90, e de 2020 até 2021 no próprio Centro.

Uma proposta habitacional de cunho social que proponha adequação, requalificação urbana, restauro, preservação, geração de emprego e renda, empoderamento social e político, que se pretenda em favor de pessoas que vivem no Centro, precisa considerar esta realidade que é, ao mesmo tempo, antropológica, geográfica, histórico-cultural e de planejamento urbano e ambiental, em outros termos, tem um viés interdisciplinar.

A interdisciplinaridade em pesquisas ou projetos que envolvem intervenção a partir do planejamento urbano é um conceito metodológico reconhecido no fazer científico de diversas searas do conhecimento que são responsáveis na implementação de projetos embasados em direitos sociais à população. Ainda que a pesquisa seja de cunho antropológico, voltada à interpretação de um discurso político e sua respectiva etnografia, ao situar este em uma autarquia pública que realiza audiências participativas e propõe projetos urbanísticos, há necessidade de pensarmos de maneira interdisciplinar, mesmo que esta dissertação apresente um ensaio teórico inicial neste assunto.

Conforme fiz referência, a atual Administração Municipal possui um Plano com etapas de implantação, alicerçada em estudos técnicos, consulta pública nas audiências participativas e nas exigências da legislação urbana e está disponibilizado no site do Planurb, no qual é possível encontrar um conjunto de questões interdisciplinares permeando a sua implantação.

Diante das possibilidades materiais e geográficas durante a pesquisa - desenvolvi este trabalho com recursos próprios trabalhando em outro Estado, em um setor diverso da minha pesquisa -, me pautei em pressupostos jurídicos que amparam o direito de morar, focalizando a interpretação do discurso institucional da Administração Pública local na questão da habitação social, por entender ser esta a principal responsável na articulação do empreendimento de habitação social no Centro, direcionado às classes sociais populares.

Ao focalizar a pesquisa em um setor institucional, não excluimos a vida das pessoas no centro da cidade, e sim privilegiamos a abordagem epistemológica interpretativa de um determinado discurso político de setores da Administração Pública Local, de maneira

específica o Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Planurb) da Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS, atual Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento e na representatividade do Conselho Regional RU Centro e do Conselho Municipal da Cidade, na questão da habitação social e do patrimônio histórico e arquitetônico no centro da cidade.

Estes setores representativos são compreendidos enquanto condutores da política pública habitacional que materializa, nas audiências públicas e nas assembleias, a participação ampla e colaborativa de diversos setores da sociedade (MS da Gente, maio, 2024). Esta escolha, durante o percurso da pesquisa, demonstra que a vida das pessoas que moram ou desejam morar no centro da cidade tem que ser cuidada da melhor maneira possível, com procedimentos estratégicos de amparo legal ao direito de morar.

A população do Centro inclui pessoas de origens étnicas diversas, entendendo que a cidade de Campo Grande, MS, na atualidade, possui inúmeras centralidades, impulsionadas pelo seu amplo crescimento urbano e populacional; e que o território escolhido nesta pesquisa possui, na questão de habitação social e sua respectiva representatividade, uma fração do movimento de moradia popular no centro da cidade, representado nos Conselhos Deliberativos.

Pressuponho que a pesquisa antropológica e a descrição etnográfica precisam estar posicionadas em um pensar dialético e histórico de produção do conhecimento que resgate informações de como é pensada, por parte da Administração Municipal, a política pública de habitação. Isso significa interpretar o discurso político institucional com uma percepção do mundo e das manifestações humanas no espaço geográfico, a partir de um entendimento totalizante. Totalidade significa sabermos que, em determinado momento de um processo social mais amplo, a dialética é uma maneira de pensar elaborada em função das necessidades de novos olhares e significações à realidade humana, que está em constante transformação, “para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma visão de conjunto” (Konder, 1981, p. 16).

O site do Planurb apresenta um registro das audiências públicas colaborativas e participativas, nas quais foram propiciadas conversas sobre a legislação urbana, e a partir desta surgiram propostas de implantação de moradia social no Centro, simbolizando um jeito de veicular informação com base em um pensar ideológico, que não deixa de ser acessível e democrático, e pode melhorar, não apenas na forma de comunicar, veicular a informação

como também na forma de fazer política pensando na mudança das estruturas sociais em benefício dos menos favorecidos, dos que ainda não possuem casa própria.

Esta pesquisa apresenta duas possibilidades participativas que, mesmo não sendo objetivos desta proposta, contribuem na reflexão da política urbana habitacional no centro da cidade:

- Compartilhar subsídios teóricos e metodológicos em antropologia e, na medida do possível, em geografia e planejamento urbano que favoreçam a implementação de ações inclusivas, no sentido amplo do termo, do ponto de vista socioeconômico de classe social, relacionadas ao acesso à moradia no centro, à revitalização deste setor da cidade, com objetivo de acolher uma população residente de média e baixa renda, e promover a ampliação nos espaços de lazer e circulação coletiva de pedestres, e acessibilidade nos espaços de morar no Centro de Campo Grande, MS, considerando propostas anteriores destinadas a recuperar casas e verticalizações ociosas e viabilizar novos espaços de moradia nessa área, direcionadas à população de média e baixa renda.
- Apresentar leitura antropológica deste Espaço Social, considerando pesquisas e classificações anteriores de um ponto de vista interdisciplinar, enfatizando o direito de morar e se relacionar com a cidade, privilegiando a participação coletiva dos sujeitos da pesquisa e dos agentes sociais envolvidos nesta área de atuação (Planurb) e uma revisão bibliográfica das categorias conceituais, atualizadas na organização da pesquisa e nas descrições etnográficas, que envolvam a interpretação do discurso político dos setores institucionais e representativos da população campo-grandense.

Neste sentido entendo que a interdisciplinaridade é uma maneira de interpretar a realidade considerando sua totalidade (Santos, 2008b; Konder, 1981) e indicada nas intervenções urbanas que necessitam de entendimento global sobre o território. Durante o levantamento bibliográfico encontrei subsídios iniciais relacionados ao campo territorial de pesquisa. Ebner (1999), Oliveira Neto (2003), Torrecilha (2004), Yonamine (2004), Weingartner (2008), Greco (2014), Oliveira (2018), Carvalho (2019), todos(as) esses(as) autores(as) foram importantes na construção dos objetivos desta pesquisa, cada um com seu pensamento próprio, sua seara de conhecimento.

Na realização da escrita etnográfica, é possível estabelecer conexões a partir da pesquisa participante, um “olhar de perto e de dentro” (Magnani, 2016, p. 174), que para este autor é aproximar-se do campo e objeto de pesquisa, e conviver com este. No meu entendimento refere-se a me colocar na pesquisa, considerando a própria vivência anterior à análise do discurso político da administração atual, e entender a mesma como parte do trabalho de campo.

Neste sentido atribuo significado simbólico e subjetivo, porém epistemológico, ao período em que morei no centro da cidade e, inspirada neste período, desenvolvo as interpretações sobre o campo de pesquisa, sejam os espaços físicos (casas e edificações do levantamento iconográfico apresentado) ou espaços coletivos de decisão, compartilhamento de ideias, planejamento de metas, implementação de projetos (Planurb, Conselhos participativos como o CMDU e Conselho Regional RU Centro) e às trajetórias anteriores.

Descrevo parte da minha trajetória na cidade de Campo Grande, MS, nos parágrafos seguintes, manifesta em memória social e afetiva, à medida que me vinculo a esse lugar a partir de uma experiência de vida concreta, em um tempo determinado no Centro, como forma de percepção da minha própria identidade na interpretação antropológica, com representação geográfica no campo de pesquisa. Conhecer e etnografar este Outro, que possa vir a morar no centro a partir de uma representatividade (em Conselhos Deliberativos e Consultivos) e dos lugares que possam ser habitados pelo mesmo, que vou denominar aqui de lugar de um *devir desejado*, de valorização de uma alteridade, no qual esses Outros representam nosso próprio desejo de morar nesse Centro.

O conceito de memória social nesta pesquisa é referenciado em Maurício Halbwachs, apresentado por Silva (2013) que entende esta a partir da memória coletiva, na qual a construção da memória antropológica é coletiva e está expressa nos monumentos, edificações, narrativas, celebrações e manifestações da sociedade, que cria um sentimento de pertencimento. A memória é sempre construída em grupo (Silva, 2013, p 248).

Minha experiência de campo nesta pesquisa começou em 2018, quando iniciei o levantamento bibliográfico e iconográfico da pesquisa no Arquivo Histórico de Campo Grande, MS e no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, em busca de subsídios que me ajudassem na construção de um projeto de pesquisa e depois, no período em que residi no Centro, 2020 a 2021 (ainda que não nos territórios específicos delimitados na

pesquisa, porém na região do centro da cidade, atribuindo sentido subjetivo e vivenciado nas interpretações que faço na minha escrita etnográfica), e continuou até 2025, durante o mestrado.

No que se refere à questão subjetiva de escolha do território pesquisado, e que promove valor etnográfico experienciado à minha pesquisa, entendo que o centro representa também um resgate da minha própria memória social, afetiva e política, considerando que residi nesta cidade a partir de 1988, quando me mudei de Brasília, onde mora parte da minha família paterna, rumo a Campo Grande, MS. Nesta cidade concluí o Ensino Médio em Escola Pública, na qual tive o privilégio de conhecer professores e professoras muito atuantes na educação e cursei escola profissionalizante, o Senac. Conheci a produção artística desta cidade, guiada pelos artistas locais do teatro e da música campo-grandense da década de 80 e 90.

Iniciei algumas das primeiras experiências de trabalho no comércio e em escritórios de instituições que atuavam com a defesa dos direitos humanos e direitos da criança e adolescente, em instituição educacional e partido político, participei do movimento estudantil e no movimento negro e de direitos humanos, na região em volta do Centro, a convite de seus participantes, até me mudar para o interior do Estado de São Paulo em 1993, quando comecei a me preparar para ingressar na Universidade Pública. A partir de 1994 fiz minha primeira e segunda graduação e desenvolvi minhas primeiras pesquisas científicas sobre a questão agrária no Pontal do Paranapanema.

Comecei a atuar no magistério público na educação básica no Estado de São Paulo, retornando a capital campograndense para morar a partir de 2016, com a minha família que gerei a partir de 1997. Escolho Campo Grande, MS, como a minha cidade, ainda que tenha outras no coração, mesmo sendo uma paulistana nascida no Centro, e tendo morado minha infância no Nordeste, onde nasceu meu pai, e em outras cidades capitais, do interior e do litoral do Brasil.

A capital campograndense, além de ser o lugar onde construí parte importante da minha concepção social, que inclui a manifestação ideológica e política de mundo, é a capital do Estado onde, segundo depoimentos da minha avó, nasceu grande parte da minha família materna, originária da Argentina por parte dessa avó, e do Rio Grande do Sul por parte do

meu avô, que também veio para o Estado do Mato Grosso do Sul na primeira metade do século XX, manejando gado da Região Sul ao Centro-Oeste brasileiro.

Entendo que estas questões de origem territorial, política e histórica, antropológicas na essência, influenciam na maneira como interpreto o Centro hoje na questão habitacional, vinculada ao patrimônio, porque estão relacionadas à forma como construí minha identidade.

Considero a etnografia uma maneira de conhecimento antropológico com descrição e tradução da realidade, e esta é uma concepção de mundo pressuposta no real, não ilusória, a partir de uma teoria interpretativa, amparada na observação detalhada em pesquisa de campo, antecedida por planejamento desta observação. Inclui o olhar de quem observa, que tem relação com as origens desta(e), formação familiar, religiosa (ou não religiosa). E também o que esta(e) escolhe descrever no seu plano de pesquisa, que é produzido a partir de uma visão de mundo, um saber político, social, ideológico e cultural, construído com referência em experiência de vida e formação profissional. Escolha que, na trajetória desta pesquisadora, tem relação direta com geografia, pedagogia e, no período recente, também com antropologia, e está conectada com determinadas escolas de pensamento.

Descrever a cultura – enquanto modo de habitar e reivindicar a ocupação de espaços – de uma população em uma determinada fração do território como o Centro da cidade de Campo Grande, MS, envolve a descrição interpretativa (do discurso político da administração atual) e representacional dos estudados e de quem os estuda (situando a interpretação antropológica na maneira como se conhece ou se relaciona com o centro da cidade), sua memória social e os lugares onde estas se constituíram, agregando valor afetivo ao que é interpretado. Algo que nas Ciências Humanas é abordado no período recente do ponto de vista epistemológico, ou seja, entender a memória afetiva enquanto parte constituinte do fortalecimento de vínculos com o lugar e, portanto, com a cultura do mesmo é um fazer etnográfico de uma antropologia contemporânea (Barbosa, 2016).

As conversas e as festas da juventude comunista no Escritório do Partidão na Rua 14 de Julho em Campo Grande, MS, o sobá na Feira, na madrugada no fim de semana, os ensaios e as apresentações de teatro no Centro Cultural Otávio Guizzo, as festas do movimento negro no Palacius e na Comunidade Tia Eva, os encontros de companheiros e companheiras nos bares da Rua XV de Novembro e em outros espaços de confraternização, no final da década de 80 e início dos 90 do século XX, o abraço coletivo na Câmara Municipal de Campo

Grande, MS, organizado pelos militantes do PT (Partido dos Trabalhadores) em campanhas políticas na década de 90, as danças coletivas e manifesto de reivindicações pela demarcação de terras indígenas no encontro indígena na década de 90 em Campo Grande, MS, são representações da memória social desta pesquisadora. Simbolizam pertencimento a um lugar, construído em convívio coletivo e democrático, e são parte do fazer etnográfico nesta pesquisa, expressando-se nas subjetividades, nas formas de interpretação do que significa o Centro hoje, em termos de conquista de direitos e possibilidades futuras de implementação de projetos, relacionados à moradia e à participação representativa.

Uma outra perspectiva é a percepção de como o conhecimento político evoluiu nesta questão por parte da população, e está representada nos registros das audiências públicas veiculados pelo Planurb em site institucional nesta autarquia, ainda que a atual Administração Municipal em Campo Grande, MS, represente interesses políticos e financeiros de grupos empresariais em algumas situações.

Morei em mais de dezessete cidades brasileiras (capital, interior, litoral, cidades, médias, pequenas e grandes), em inúmeras casas com diversos padrões de construção, desde a infância até a idade adulta, na condição de inquilina na maioria destas situações, e conhecendo o mundo do ponto de vista dos que não possuem grandes hectares de terra. Ainda que oportunidades de crescimento intelectual na Universidade, nos movimentos sociais, nos partidos políticos e na convivência em família tenham ampliado minha visão de mundo e proporcionado a convivência com frações diversas da sociedade, amenizando distinções de classe social, entendo que a consciência de classe construída durante este percurso também atribuiu sentido político e subjetivo, com relação às escolhas interpretativas que faço no campo antropológico de pesquisa, no centro da capital do Estado brasileiro que possui um dos maiores índices de concentração de terra nas mãos de poucos fazendeiros, mesmo que na atualidade existam inúmeros projetos de reforma agrária em andamento no Mato Grosso do Sul. E de que me serve acrescentar estas informações nesta pesquisa? Me situar neste centro, me entender, e nele conhecer estes outros e outras, me reconhecer em partes de suas respectivas trajetórias.

Isto significa pensar com o “olhar de perto e de dentro” proposto por Magnani (2016), o eu que busca conhecer o interlocutor a partir dos espaços institucionais de representatividade e seu devir habitacional digno. Perceber a etnografia do lugar no centro a

partir da sua antropologia vivenciada, que muitas vezes é parte de um conhecimento não formal.

O pensamento teórico e metodológico utilizado nesta pesquisa é de origem histórico-dialética, porém não desconsideramos abordagens fenomenológicas que acrescentem sentido político ao planejamento das cidades e proponham entendimento sobre a questão do patrimônio arquitetônico, histórico e etnográfico durante o trabalho de campo.

Com referência às definições de Clifford (2002) e Saez (2013), entendo que a etnografia descreve uma interpretação que envolve sujeitos, antropólogos(as) e interlocutores(as), conscientes e politizados(as), possibilitando conhecer a cultura brasileira, e de forma específica as origens regionais e locais de ocupação territorial em Campo Grande, MS, e sua identidade nacional, no sentido de unir a civilidade conforme entende Mathias (2014), nos protagonizando enquanto uma sociedade humana.

O levantamento bibliográfico inicial (2018 a 2022) possibilitou a identificação das pesquisas mencionadas, que fazem referência ao centro e à cidade de Campo Grande, MS, categorizando-as enquanto produção científica sobre a questão urbana nesta cidade, sob diferentes pontos de vista na Arquitetura, na Geografia e na Antropologia. Destacando a urbanidade e a memória histórico-cultural de Campo Grande, MS, estas pesquisas contribuem na organização de um livre pensamento na Dissertação, propulsor de novos conceitos que superem definições anteriores (Becker, 1994) sobre os interlocutores estudados (técnicos que trabalham no planejamento voltado à habitação social e ao patrimônio histórico e arquitetônico), atribuindo novos significados relativos ao direito de morar no Centro, enquanto escolha subjetiva e possibilidade de melhoria de vida.

Com a escolha das categorias de pesquisa antropológica enfatizadas, a **classe social**, (média e baixa renda) referenciada na conceituação de Bourdieu (2012), independente de sexo (homem e mulher) e gênero (masculino e feminino), incluindo nesta sistemática os **proprietários** de imóveis (ao destacar quem lucra com a renda da terra urbana), porém **enfatizando os não proprietários de imóveis** (ao enfatizar quem são os interlocutores representados pelos Conselheiros no Conselho da Cidade e no Conselho da Região do Centro destacados nas conversas de pesquisa), a **atuação do movimento social** (com destaque àqueles relativos à questão de moradia popular e Conselhos de representação participativa relacionados), os **aspectos legais e patrimoniais**, vinculados ao cumprimento legal da

função social dos imóveis urbanos (Soares Filho, 2001), desocupados na área de pesquisa e considerando a formação histórico-cultural, socioespacial e econômica (Machado, 2016), é possível compreender o discurso político e ideológico que permeia a atuação destes representantes da Administração Pública local e na sociedade setorizada.

Destacando o recorte antropológico de pesquisa neste Espaço Social, o discurso político institucional relacionado às políticas públicas habitacionais sociais populares e vinculadas à questão da preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no centro de Campo Grande, MS, também podem ser referenciados a partir de outras categorias geográficas, quando necessário: paisagem, lugar, território, fronteira, técnicas, totalidades e ideologia (Santos, 2008a, 2008b).

As diversas classes sociais disputam de maneira simbólica a noção de um mundo social conforme seus interesses e necessidades, no sentido de defenderem determinada ideia no campo social a partir do capital econômico. As classes consideradas “dominantes” tentam impor, também de maneira simbólica, a legitimidade de sua dominação. As classes populares, ou consideradas “dominadas”, e nelas a classe intelectual, mobilizam seus interesses e reivindicações hierarquizando em seu favor o capital de que dispõem, seja este sua própria força de trabalho e sua organização enquanto categoria profissional e a simbologia de suas respectivas solidariedades, e os ganhos que obtêm deste, ou seja, seu capital simbólico e intelectual, cultural e econômico nesta hierarquia (Bourdieu, 2012, p. 11,12).

Referenciada nas interpretações e elaborações conceituais de Santos (2008a, 2008b) sobre o espaço geográfico, este é composto por sistemas de ações (interação e apropriação dos sistemas de objetos pela humanidade em sua totalidade) e sistemas de objetos (técnicas desenvolvidas na historicidade do desenvolvimento humano), isto quer dizer que a humanidade e o respectivo discurso subjetivo nela incorporado apresentam intencionalidades sobre os objetos e as pessoas, adequando caminhos contra hegemônicos às classes sociais populares, que possuem renda salarial até cinco salários mínimos, propondo estratégias de sobrevivência às mesmas.

Em um estudo antropológico, que exige um pensar concatenado com o planejamento urbano, considerando que a questão habitacional pressupõe este viés, pensar o espaço a partir da geografia possibilita a compreensão sobre a complexidade do sistema de ações e objetos que envolvem a cidade contemporânea e seus elementos, dentre estes o patrimônio. A

aplicação do conceito de espaço é ampla (envolve diversos olhares, visões de mundo) e sua compreensão engloba a leitura de localização e representação de casas e edificações no campo do patrimônio, no qual o valor simbólico e os usos a estes atribuídos são fundamentais à sua preservação (Sotratti, 2015).

Esta proposta etnografa discursos de representantes de homens e mulheres, independente do gênero, no centro da cidade, disponibilizados no site do Planurb, a instância de planejamento na Administração Municipal, e em duas conversas que realizamos, uma no segundo semestre de 2024, em plena campanha eleitoral municipal, e outra no primeiro semestre de 2025, com a atual Administração eleita no segundo pleito e continuando o projeto proposto. É possível etnografar discursos em Antropologia e construir uma etnografia representativa das pessoas envolvidas nesse discurso? Entendo que sim, à medida que interpreta a maneira como opiniões são expressas sobre a questão urbana voltada à ocupação de moradias, com projetos de habitação social no centro de Campo Grande, MS, interpreta-se também a origem social ou de formação profissional de quem produz esse discurso, e de representantes em Conselhos (da Cidade, da Região Urbana no Centro) que reivindicam acesso à terra urbana. Ao mesmo tempo, identifica nossa própria origem política e social na interpretação do mesmo.

Se em antropologia foram feitos estudos das origens de populações diversas e suas características culturais, inclusive ressaltando a importância do trabalho de campo enquanto método na antropologia, fazemos hoje, também, interpretação de discursos produzidos a partir de instituições na sociedade, nos grupos sociais urbanos no presente, voltados à promoção de habitação social digna às classes sociais populares, e a interpretação deste discurso é uma etapa do trabalho de campo.

As questões homens e mulheres não são estudadas de maneira detalhada nesta pesquisa. Independente da existência de uma questão específica de gênero é importante destacar que consideramos, a partir da concepção de diferentes pesquisadoras e autoras feministas, este conceito como uma categoria construída em circunstâncias históricas e sociais específicas, que questionam relações patriarcais e de dominação. Nesta perspectiva, questiona-se modos de naturalização e relações de poder entre o ser feminino e masculino, o que pressupõe novas maneiras de pensar e construir epistemologias na antropologia e em outras áreas do conhecimento (Mazariello, 2015). Ao escrever antropólogos e antropólogas,

representadas e representados, ao invés de antropólogos apenas, inclui este novo significado epistemológico, neste ensaio laboratorial.

Compreender a importância pedagógica do discurso legal no sentido de resgatar sensibilidades éticas, considerando que, na construção e conquistas históricas dos direitos, são as premissas éticas que fortalecem os direitos humanos e o desejo de superarmos desigualdades (Segato, 2006), seja no acesso à terra urbana, ou melhor, à moradia no espaço urbano, ou em situações diversas de garantia de direitos, nos coloca enquanto protagonistas representados e representadas nas reivindicações dentro do espaço urbano em estudo. As audiências públicas de consulta à população registradas no site do Planurb são parte pedagógica do discurso legal.

A centralidade da pesquisa na questão da interpretação do discurso político do Planurb inclui este pensar totalizante, comum aos projetos em planejamento urbano com esta perspectiva antropológica.

3 – CAPÍTULO II – CONCEITOS INTERDISCIPLINARES: REFERENCIAIS, ENSAIOS E PARTICIPAÇÕES EM ANTROPOLOGIA URBANA

Na diversidade de autores das ciências humanas que pesquisam a questão urbana, encontramos em Mamigonian (1993) fundamentos que satisfazem o embasamento epistemológico inicial da pesquisa, voltado a uma perspectiva interdisciplinar, com enfoque na Antropologia e na Geografia.

Defender uma independência intelectual e epistemológica atualmente é uma questão global que atinge intelectuais do mundo todo (Uni-vos!). Segundo Mamigonian, esse resgate teórico de autores que fundamentam as questões urbanas nesta época, do período pré-industrial e que antecede a Revolução Francesa, tem origens aristocráticas (ainda que muitos desses autores não se vejam dessa forma!), influenciadas na década 20 e 30 e aceitas por uma chamada aristocracia rural paulista, que influenciou de forma estratégica, desenvolvimentista, de expansão da fronteira agrícola brasileira a ocupação do território onde hoje está localizada a cidade de Campo Grande, MS.

Mamigonian (1993) defende que, se Caio Prado Jr. e outros pesquisadores de sua geração são elogiados até hoje, por seus trabalhos sobre a questão urbana na década de 50 do século XX, a evolução engendrada nas ciências humanas por esta geração de pensamento, inclusive nesta a Antropologia, é uma questão metodológica que privilegia uma ciência politizada e navega entre uma maneira técnica e outra questionadora, humanista, de ver o outro e seu espaço de existência. Atualmente isso significa ser consciente, do ponto de vista social, sobre a alteridade, com conhecimento técnico-científico, porém ideologicamente politizado em uma perspectiva histórico-dialética, no nosso entendimento.

Incluimos nesta geração de autores Jane Jacobs (1961, 2011), que tem uma produção considerável, ainda que sua base de pensamento seja formada em alicerces conservadores e alguns das Ciências Naturais. Representa referência no urbanismo das décadas de 50 do século XX, pois traz uma perspectiva vivenciada e acolhedora de valorização do pedestre, na adequação de espaços públicos de uso coletivo (Cymbalista, 2016).

Voltando-nos ao território de pesquisa proposto, pensemos na maneira como este é compreendido, seja na forma representativa da população do centro da cidade (nos Conselhos Representativos Regional Região Urbana Centro e Municipal de Desenvolvimento

Urbanístico), seja na forma institucional (Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Campo Grande, MS). Que discursos são possíveis de serem interpretados, e como etnografá-los? Este é nosso caminho de pesquisa, ou seja, perceber o discurso mais técnico e institucional da Administração Pública e outro mais popular, dos representantes da população do Centro nos Conselhos, que está documentado no site do Planurb, e onde estes apresentam semelhanças, considerando que algumas reivindicações populares estão contempladas, a partir de dinâmicas participativas, nas propostas da Administração Municipal.

Neste sentido, fazemos uma retrospectiva de alguns pressupostos importantes na questão urbana. A compreensão da “rede urbana, no período social-democrata na Europa, e populista no Brasil, da formação social e econômica das cidades, ainda não havia evoluído o suficiente” (Mamigonian, 1993, p. 203). Em nosso entendimento isso ocorria porque um saber pensado com uma visão totalizante sobre produção, consumo, poder e interesses estava sendo elaborado, a partir do desenvolvimento dos elementos do urbano, da acumulação capitalista e suas desigualdades, do crescimento das cidades e de sua população.

Por que mencionar a Europa nesta pesquisa? Mencionar a Europa nesta questão é uma maneira de buscar referências históricas anteriores, no que tange à construção do conhecimento científico sobre a questão urbana. A produção intelectual da classe média nas Universidades teve um rompimento no período ditatorial no Brasil (décadas de 30 a 60 no século XX). Com a superação desse período antropólogos(as), geógrafos(as) e outros pesquisadores (as) das ciências humanas já pensavam na interdisciplinaridade, na junção de conceitos, rumo a um entendimento totalizante, inclusivo, solidário às classes sociais populares (Santos, 2008b). Entendo que este cenário estava influenciado pela própria maneira como os intelectuais da época se viam, diante das contradições do capitalismo, um pouco oprimidos ou vigiados em momentos ditatoriais em nosso país que, graças às inúmeras manifestações democráticas e conquistas jurídicas nos direitos humanos, foram superados.

Segundo Mamigonian (1993), originadas na divisão social do trabalho desde as mais antigas civilizações (asiática, greco-romana, árabes), as cidades expressam desigualdades relacionadas às suas origens agrárias e à diferenciação da renda da terra urbana. Há tentativas importantes de superar tais desigualdades, tanto no aspecto legislativo urbanístico quanto de participação democrática, porém ainda há uma herança de pensamento (e comportamento)

colonialista de períodos anteriores, pautado em valorização material individualista, em detrimento a um pensamento coletivo.

Na sociedade de consumo, as classes sociais de média e baixa renda vivenciam esta contradição e buscam, de maneira subjetiva, com diversas formas de conquista de lugar de fala e, de maneira mais concreta, buscando participar de políticas de habitação social, superar a concentração da terra urbana nas mãos de classes mais abastadas, reivindicando a posse da terra que não cumpre função social, a toda uma população não proprietária, que é maioria em números absolutos, e necessita de um lugar para morar.

A rede urbana se forma a partir do movimento populacional e de mercadorias do espaço agrário em direção às cidades, e da produção na própria cidade, caracterizando centros regionais. Em sua origem, a expressão região deriva de *régis*, que no passado era a área de dominação de um rei, coletora de impostos. A gênese da cidade e do Estado, das classes sociais, da civilização, da separação do trabalho braçal do intelectual tem origem aristocrática, conservadora, de dominação do território por classes sociais hegemônicas (Mamigonian, 1993, p. 205).

No atual período técnico-científico-informacional, a possibilidade cada vez maior de circulação de pessoas e mercadorias, amparada em pressupostos jurídicos, supera desigualdades, porém não as extingue, pois, de forma contraditória, produz acumulação de riquezas, o excedente, a renda da terra urbana por parte dos proprietários desta terra urbana (Melazzo, 1996; Santos, 2008b). No território é possível identificar as diferenças de classes sociais e as condições em que estas se encontram, nas formas de habitação e preservação (e não preservação) de patrimônios históricos e arquitetônicos.

O Centro da Cidade de Campo Grande, MS, contempla inúmeras edificações que, ao serem consideradas enquanto patrimônios arquitetônicos, históricos e etnográficos, permitem a interpretação das formas de se relacionar e produzir cultura de determinada sociedade em uma época específica (Sotratti, 2015) e direcioná-las à habitação social, trazendo melhoria na qualidade de vida dos seus moradores e na memória social coletiva. Além disso, instrumentaliza de maneira valorativa qualquer projeto de moradia social inclusivo, que pretenda fortalecer estratégias de emprego e renda e resgatar uma centralidade viva no Centro, com diretrizes de preservação e educação patrimonial (estudar o centro da cidade é conhecer

nossa própria história, geografia, antropologia, nossa cultura, tornando-o um espaço Educativo).

Referenciada na possibilidade do centro da cidade ser um espaço educativo, destaco que patrimônio etnográfico, segundo o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), é o “conjunto de bens imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Gonçalves, 2015). O tempo de duração desta pesquisa não será suficiente no detalhamento de informações sobre este espaço educativo, este é pauta para uma outra pesquisa, porém é o início de um caminho e, portanto, de uma metodologia de pesquisa sobre um centro da cidade educativo em Campo Grande, MS, um roteiro de estudos no Turismo, na Arquitetura, na Geografia, na História, na Educação Ambiental e na caminhada interdisciplinar da Antropologia.

As práticas e técnicas em etnografia, direito e antropologia, segundo Geertz (2009), apresentam semelhanças e necessitam ser compreendidas em seus paradigmas específicos. Com referência a esta pesquisa, compreendo que viver no centro da cidade pressupõe uma convivência digna. Este ir e vir hermenêutico entre os dois campos, antropológico e do direito, contribui na pacificação moral, política e intelectual e se faz importante em ambas as ciências.

Esta dissertação demonstra que a participação democrática e representativa nos Conselhos citados, aliada ao planejamento urbano e à regulamentação de etapas de realização da política urbana voltados à habitação social no centro da cidade, são um conjunto de medidas que garantem a efetivação de moradia no centro à população mais necessitada, modificando a forma de entender este espaço, sua centralidade, e trazendo intervenções reparadoras de desigualdades, instituídas em épocas colonialistas e em propostas de gentrificação recentes.

Em 1995, Rolnik propôs uma conceituação de cidade vinculada à sua função de morar, trabalhar, comercializar o excedente de alimentos e outros bens materiais produzidos no campo, e enquanto lugar de convívio coletivo e manifestação política. Além disso, a cidade é também lugar de desigualdades, reivindicações, construção, preservação e representação de identidades sociais e culturais, lugar de memória, pertencimento, vínculos afetivos e subjetividades, lugar de manifestação, festa e ação, vitalização!

O espaço do centro da cidade abraçado com projetos de ocupação por uma população residente, representada por classes sociais mais populares, que necessitam ser pensados enquanto estratégia permanente de adquirir a casa própria, e não apenas aluguel social, que é uma medida paliativa, modifica a cartografia e a concepção territorial, democratizando esse espaço e as decisões políticas nesse centro.

Pensar em modificações territoriais pressupõe entender a formação territorial de um lugar, que está relacionada com a formação histórico social e econômica. Segundo Machado (2016), a formação histórico social e econômica é a formação de modos de produção que permite conceber a periodização historiográfica de um território, de uma cidade ou lugar. A formação histórico-social expressa também a organização de determinada sociedade e sua economia, que é expressa na vitalidade de seus moradores, na forma como reivindicam o espaço urbano, como se apropriam dele e encontram estratégias de sobrevivência.

Ao propor, nesta pesquisa, uma leitura da historiografia do urbano no Centro de Campo Grande, MS: como este foi ocupado no início, como se desenvolveu, e como vem sendo apropriado hoje e como poderá ser ocupado em futuro próximo, permite-nos entender a evolução da apropriação do território pela população mais necessitada e como esta participa das decisões nesse espaço.

O entendimento que a cidade é um espaço social atrativo, de busca por uma sobrevivência mais digna, que está além das necessidades por trabalho e moradia, perpassa questões afetivas, simbólicas, culturais (incluindo nesta a formação profissional) e geracionais, e nos encaminha a estudar o centro da cidade enquanto espaço de superação de segregações e das diferenças, quando pensado em perspectiva democrática, participativa, consciente e politizada.

Viver em moradias alugadas (sejam estas habitações sociais empreendidas pela Prefeitura ou por particulares) ou moradias financiadas pressupõe inúmeras buscas por sobrevivência digna, movimentos de migração, deslocamentos dentro da cidade, um ir e vir de um bairro para outro, de uma cidade pequena ou média do Estado à Capital Campo Grande, de outros lugares do país e do mundo ao Estado de Mato Grosso do Sul, na tentativa de superar diferenças e encontrar espaço de existir, de se sentir participante e representada ou representado no espaço urbano.

Neste sentido, entendo que os projetos de viabilização de moradia social no centro de Campo Grande, MS, têm que ser permanentes, assumindo uma proposta real de reforma urbana e distribuição da terra urbana aos mais necessitados, o que trará, a médio e longo prazo, benefícios a toda uma população. Considera-se que o imposto pago por estas novas proprietárias e novos proprietários não se destinará mais a uma classe aristocrática, e sim a uma Administração Pública eleita de forma democrática, que trabalha em função de toda uma população e busca dizimar desigualdades, tornando a cidade acessível, conforme preveem as inúmeras legislações que regulamentam o direito de morar na atualidade, sejam estas federais, estaduais ou municipais.

Ao interpretar o discurso político da Administração Pública e dos Conselheiros representantes da população no Conselho Regional RU Centro e CMDU, percebo que a concepção de implementar projetos permanentes de habitação social, e não de vínculos com aluguel social, não está presente nas propostas e planos que incluem o centro da cidade de Campo Grande, MS, ou nas intenções de projetos futuros.

O poder simbólico e ideológico (Bourdieu, 2012) camufla interesses de um mercado empresarial da construção civil, sem se preocupar de fato com a distribuição digna e equitativa da renda da terra urbana ou da posse da terra urbana, do imóvel urbano às classes populares. E a formação (ou não formação) política dos governantes locais, suas respectivas concepções de mundo influenciam nesta questão. Muitas vezes esses governantes não têm a percepção de que empreender o centro com moradias populares a partir da valorização do patrimônio histórico e arquitetônico agrega valor, capital simbólico à cidade e enaltece sua população, o que é muito mais digno do que apartar esta população nas “franjas” periféricas da cidade, aproveitando a infraestrutura urbana no Centro.

Trajetórias de conquista por moradia própria marcam de maneira subjetiva aqueles que não possuem uma propriedade, diferenciando-os daqueles que nasceram dentro de suas posses e construíram suas relações familiares, profissionais e sociais em espaço próprio. Magnani (2016) propôs que a Antropologia, ao instrumentalizar a pesquisa a partir da Etnografia, diferencia-se das demais ciências sociais para o entendimento do fenômeno urbano. Ao olhar “de perto e de dentro” (op. cit.) o centro da cidade a partir da memória social, suas representações coletivas, simbologias, arquitetura, geografia, descobrimos um fazer científico pressuposto na memória vivenciada.

A escolha da “unidade consistente em termos da etnografia” (Magnani, 2016, p.190), pode ser o centro da cidade em minha escolha de pesquisa e, de maneira mais detalhada, as habitações com características de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, e edificações com traçados mais modernos, localizadas nesse centro, como as que identificamos no levantamento iconográfico, que possam vir a cumprir a função de morar com projetos de habitação social permanentes, e também pode ser o conjunto da população a ocupar essas habitações.

Pensando em um devir a esses habitantes, uma forma de empoderamento social, entendo este morar como um projeto de vida a longo prazo, concatenado com um planejamento participativo engendrado por parte da Administração Municipal, viabilizando a circulação sustentável dos impostos que subsidiam o viver na cidade por parte desses habitantes, ou seja, determinada porcentagem de impostos pagos pelos munícipes deste centro pode ser revertida em infraestrutura, projetos sociais, culturais e serviços essenciais à população residente no centro.

O projeto de habitação social que não seja uma medida em curto prazo, porém sanadora do acesso à casa própria e à construção de cidadania em sentido amplo, pressupõe planejamento e acompanhamento, por parte da Administração Pública, das etapas que propiciam este acesso, privilegiando aqueles que pagam aluguel e necessitam, em tempo curto, superar essa situação.

O levantamento de informações nas mídias locais e em trabalho de campo no Planurb possibilitou constatar que o Plano Local das Zonas Especial de Interesse Cultural e Interesse Social da Região Urbana do Centro e o Plano de Revitalização do Centro de Campo Grande, MS, vinculado ao Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande – Viva Campo Grande II, Etapa 5, com sua Proposta Final e Audiência Pública regulamentado em Minuta de Projeto de Lei, que promove o Plano de Desenvolvimento da RU (Região Urbana) Centro, vem sendo efetivado, a partir de decisões definidas nas audiências e reuniões dos Conselhos da Cidade (CMDU) e Conselho Regional RU Centro, segundo informações disponibilizadas no site da Planurb, ainda que tenhamos ressalvas quanto à questão ideológica e ao conceito de política habitacional de cunho social implementado por esta Administração Pública Municipal em Campo Grande, MS, que não prioriza a revitalização e restauro das

edificações no centro, que não estão cumprindo função social com moradias, em caráter emergencial.

A partir de conquistas de direitos regulamentadas na Constituição Federal de 1988, e das reivindicações do Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU), que tornou possível a inclusão de diversas emendas populares, protagonizando o Estatuto da Cidade em 2001 enquanto instrumento participativo, a questão do mapeamento e representação dos espaços destinados à habitação popular foi legitimada a partir de prerrogativas jurídicas e políticas, que buscaram conter a especulação dos imóveis e terrenos urbanos, a deterioração das áreas urbanizadas e a degradação ambiental, sempre tendo em vista a participação popular em espaços democráticos de representatividade. Nesse aspecto a cartografia passou a ser compreendida como recurso participativo de leitura da cidade e elaboração de propostas que ampliem o acesso à terra urbana (Name, 2013).

Desta forma, a metodologia de interpretação cartográfica dos mapas selecionados na mapoteca virtual do Planurb, disponibilizados em site institucional, agrega conhecimento e legitima a conquista participativa de direitos, proposta nos planos de ocupação do Centro de Campo Grande, MS, com habitações sociais, algumas inclusive que promovem a preservação do patrimônio histórico e arquitetônico.

Quanto à interpretação etnográfica, o estudo das formas de habitar nas sociedades contemporâneas, que caracterizam a antropologia urbana na atualidade, privilegia o devir nativo, que significa “situar-se o mais próximo possível da alteridade que se quer compreender como realidade, nas formas de representações coletivas, redes de interdependência e cultura emotiva” (Barbosa, 2016, p. 134).

As falas dos técnicos no Planurb com quem conversamos, que se tornam de forma valorativa nossos interlocutores na pesquisa, conforme apresenta Barbosa (2016), são resgatadas a partir da descrição etnográfica apresentada na externalidade de sua condição, e permite situar, em relações de interdependência, que estruturam condições estudadas nos espaços de sociabilidade dos interlocutores, o vínculo emocional entre indivíduo e grupo social de representatividade.

O trabalho de campo está pautado nos registros iconográficos das edificações, na observação e interpretação das falas desses interlocutores no Planurb, duas conversas realizadas, uma em 2024 e outra em 2025, e na maneira como defendem ou consideram a

população não proprietária nos projetos de moradia popular, pois refere-se a um Outro não institucional e representativo que não inibe uma antropologia emotiva, dialógica e dialética entre ação humana e sistemas de cultura social (Barbosa, 2016).

O tempo desta pesquisa não possibilitou conversar com representantes nos Conselhos Deliberativos desta população não proprietária. Estes espaços representativos são, também, pautas para pesquisas futuras no campo antropológico da questão habitacional de cunho popular. As informações relativas aos Conselhos utilizadas nesta pesquisa são baseadas nas informações disponibilizadas no site do Planurb.

Pensar as cidades e especificidades de sua configuração territorial é atributo não apenas do universo científico como também de diversas áreas da expressão artística, entre estas a iconografia e o cinema. Ao narrar a interpretação de um espaço de pesquisa delimitado na cidade e os interlocutores neste, incentivamos a roteirização documental que preserve sua memória histórica e cultural (incluída nesta sua arquitetura) e estruturamos possibilidades cinematográficas documentais futuras.

O Centro e a Cidade: interpretação do discurso político institucional nas políticas públicas de habitação social no centro de Campo Grande, MS, na perspectiva da antropologia urbana, possibilita a interpretação etnográfica com perspectiva interdisciplinar em Antropologia, Geografia e Planejamento Urbano sobre o discurso político da Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS, representada no trabalho do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Planurb), denominado na atualidade Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, e sobre a formação no Conselho Regional da Região Urbana do Centro e no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbanístico (CMDU), e suas respectivas reivindicações relacionadas às políticas públicas de moradia social.

Delimitei neste recorte antropológico e geográfico espaços residenciais que, em um passado recente, foram comerciais (Figura 1) desocupados ou abandonados, com características de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no centro da cidade, que não cumprem função social de morar e, em trabalho de campo no Planurb, e com registro iconográfico nos locais de pesquisa, identifiquei inúmeras edificações com características de habitação social a serem adequadas, recuperadas, restauradas ou preservadas, salvas na sua estrutura física, que não cumprem a função social com moradia, porque estão abandonadas:

com a estrutura arquitetônica degradada ou porque possuem dívidas de Imposto Predial Territorial Urbano a serem negociadas.

Apresento a seguir algumas conceituações que delimitam o espectro antropológico urbano e epistemológico interdisciplinar e amparam este trabalho a partir de alguns conceitos: paisagem, lugar, território, região, espaço, tempo, cidade e patrimônio, e alguns fundamentos jurídicos pertinentes à ocupação habitacional no centro da cidade.

A existência humana é materializada em um lugar, que é a manifestação construída, lembrada, identificada sobre experiências vividas: a escola nos tempos da infância, as ruas do centro da cidade no Carnaval, a feira na Esplanada Ferroviária nos finais de semana, o pão quentinho da padaria, o abraço coletivo circular na Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS, em campanhas eleitorais, as festas da juventude comunista no Partidão no centro da cidade. Neste sentido o lugar é localizável, concreto e possui uma memória afetiva, social, cultural, política e temporalidades simbólicas.

A percepção da paisagem e do lugar está contida em um espaço geográfico e também em uma área delimitada, caracterizada a partir de relações de poder constituídas no território, que é construído a partir de limites e fronteiras estabelecidas de maneira política e natural (as fronteiras entre países, estados e municípios, ocupadas por representações de defesa do Estado e delimitadas por rios e limites construídos, as fronteiras entre regiões de planejamento de uma cidade, delimitadas pelos córregos e ribeirões que perpassam a mesma).

O território é construído a partir de relações de poder, que estão sob tutelas hegemônicas de representação (determinado grupo político dentro de uma Administração Pública, empresas que têm influência econômica em alguma região, lideranças indígenas ou quilombolas), ou dissolvido em relações participativas contra-hegemônicas (representantes da população no Conselho Regional Região Urbana do Centro de Campo Grande, MS, associações de bairro ou categorias profissionais, sindicais, que apoiam o acesso a moradia urbana em favor dos que não possuem uma casa própria).

A territorialidade é sempre um espaço em disputa. Sua formação é pautada no movimento e na organização da sociedade que o ocupa e nas relações hegemônicas e contra-hegemônicas presentes. Este espaço é delimitado em uma área específica (território do centro da cidade, território das áreas de interesse social no centro da cidade, território da reserva urbana Guarani em um bairro da cidade, território Quilombola na área urbana da cidade,

território de preservação do patrimônio etnográfico na cidade) e nas questões regionais a ele relacionadas.

O conceito de região evoluiu com a formação dos Estados Modernos, concebido enquanto regiões administrativas. Este conceito possui várias vertentes de interpretação. Na vertente marxista o conceito de região está relacionado ao de formação socioespacial e dos modos de produção econômica. A paisagem, o lugar, o espaço geográfico e as fronteiras são categorias contidas dentro de uma região de influência e podem, ao mesmo tempo, conter esta região (Castro, 1995). Ou seja, o lugar onde nasci está em uma região metropolitana, ou na região do Centro, ou na região Centro-Oeste ou Sudeste, ou Sul ou Nordeste, ou em uma região turística, comercial ou de uso múltiplo.

Nesta perspectiva interdisciplinar, a geografia contemporânea agrega ao conhecimento antropológico a região, a partir de áreas de influência com critérios regionais de classificação que podem conter aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos e físico-ambientais: região urbana (RU) ou turística do centro de Campo Grande, MS, região turística do pantanal sul-mato-grossense, região centro-oeste.

Segundo Santos (2008), na história urbana existe a forma, que apresenta dimensão material, que são as estruturas do passado e do presente. As configurações territoriais espaciais, habitações, igrejas, casas comerciais, linha do trem são parte da forma. E apresenta a dimensão dos comportamentos obrigatórios ou formas jurídicas e sociais, as legislações e normas de habitação, estão incluídas nesta.

Neste enfoque a cidade é o específico, o que está dentro, e o urbano é o generalizante, o que perpassa o particular: emprego, classe social, divisão do trabalho (social e territorial), da cooperação e da socialização, ideologia, transporte, propriedade, especulação, habitação, e caracteriza o urbanismo e suas possíveis centralidades (Santos, 2008, p 68). Lembrando que, para se considerar a existência de um centro ou vários centros, há todo um aparato material e simbólico em seu entorno, relacionado à estrutura de serviços.

No conhecimento sobre a dinâmica dos centros das cidades há a necessidade de entender o conceito de espaço, para compreender a história das cidades, e a noção de tempo, para entender a história do urbano. Neste sentido, faz-se necessário conhecer a periodização do tempo, quer dizer pedaços de tempo amparados em determinada historicidade. A demonstração dessa temporalidade é a permanência de determinadas estruturas. A formação

social e econômica dos Estados, seus respectivos municípios, permite determinada periodização: o tempo de formação desta ou daquela cidade.

O espaço é uma categoria histórica, geográfica, sociológica e nesta especificidade antropológica, muda com o tempo. E neste está contida a cidade que pode vir a ser, ao mesmo tempo região (econômica, de turismo) e lugar (histórico, de memória afetiva), porque a cidade é uma totalidade, um espaço tempo, que se modifica como se modificam as leis dessa cidade. É a partir deste entendimento que construímos nossa interpretação sobre as formas da cidade e do urbano e construímos o método de pesquisa (Santos, 2008a, p. 67, p. 68).

O método de interpretação da cidade e do urbano, seus interlocutores, suas instituições e suas simbologias aparecem quando atribuímos significado às interpretações e memórias sobre a produção dessa cidade, que é uma interpretação servil neste entendimento, expressa em pinturas, esculturas e literaturas (Santos, 2008 a, p. 68) de origem aristocrática, expostas em museus que intensificam ideologias dominantes de conservação de poder, ainda que atribuam sentido à preservação e conservação histórica enquanto um dever de grupos sociais com menor poder aquisitivo. É uma interpretação que entende a modernização enquanto um período de geração de inúmeras cidades e padrões de urbano. É claro que o passado herdado nas formas permanece no presente, porém a maneira como o interpreto, pautado em uma perspectiva histórico-dialética, define o método de pesquisa antropológica interdisciplinar.

A cidade, enquanto materialidade no território, existe desde o período glaciário, há mais ou menos 10 mil anos, em decorrência das modificações climáticas que levaram inúmeros grupos populacionais a migrarem para outros territórios, abandonando a caça e fixando moradias em terras férteis. Com a sedentarização das populações há mais de 5000 anos a.C. na África, na Ásia e na Europa, as cidades surgem enquanto símbolo de poder e domínio territorial de antigos reinados, simbolizando também religiosidades, mitologias e expressões artísticas. No século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, a partir da necessidade de comercializar o excedente produzido nas áreas agricultáveis, e na própria área urbanizada, por artesãos e pequenos comerciantes, e com uma maior divisão das classes sociais, surgem as cidades em forma de lugarejos, vilas e centros administrativos (Mamigonian, 1993).

Cidade e divisão de classes sociais caminham juntas na configuração do urbano e do aumento populacional, e de excedentes produzidos; desigualdades sociais e concentração de

renda expõem a cidade, ao mesmo tempo e de forma contraditória, enquanto espaço de organização política, administrativa, com possibilidades democráticas e de participação popular em períodos mais recentes, e polarizadora de grupos sociais com e sem terra urbana. Estas últimas, em geral, grupos sociais assalariados ou que vivem de subempregos moram em habitações ocupadas ou alugadas.

A preservação do patrimônio histórico e arquitetônico nas cidades, conectada com espaços museais desde suas origens, na atualidade expande-se para fora desses espaços, agregando valor etnográfico e sendo acessíveis às inúmeras classes sociais dentro e fora desses espaços. As cidades históricas ou com valor arquitetônico, podem tornar-se, em sua dimensão simbólica, espaços educativos, tornando a cidade educadora.

Segundo o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico) o patrimônio etnográfico é constituído por bens de natureza material, regidos pelo Decreto-lei nº 25 de 30/11/1937, e bens de natureza imaterial, em consonância com o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 (Gonçalves, 2015).

Nesta perspectiva, patrimônio etnográfico de natureza material é o bem cultural que, em sua apreciação e valoração patrimonial, está relacionado à sua materialidade. Por sua vez, os patrimônios etnográficos de natureza imaterial são aqueles cuja apreciação e valoração privilegiam a dimensão intangível do bem, ou seja, os bens etnográficos registrados. As concepções presentes no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que ainda hoje organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, entendem o patrimônio etnográfico como “conjunto de bens imóveis existentes no país e cuja conservação, seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Gonçalves, 2015).

Nesses dois tipos de patrimônio etnográfico – material e imaterial – há ainda aqueles que Gonçalves (2015) classifica como patrimônios etnográficos simbióticos, que são os patrimônios etnográficos em que tanto a dimensão material quanto a imaterial são imprescindíveis à compreensão e transmissão do bem como tal. Nos patrimônios simbióticos a integralidade da matéria e da representação sobre a matéria é considerada com o objetivo de dar significado ao próprio bem cultural. Isso quer dizer que tanto no material quanto no imaterial apresentam interdependência com a materialidade e imaterialidade. São exemplos de

patrimônio etnográfico simbióticos: a Esplanada Ferroviária de Campo Grande, MS e as edificações do centro da cidade que possuem características históricas e arquitetônicas de diferentes períodos da ocupação territorial.

Desta forma, pensar os espaços que possam ser ocupados com habitação social no centro da cidade e registrá-los em iconografias, enquanto forma de catalogar sua existência no centro da cidade, inclui conceituar e dar valor etnográfico a estes e transformá-los em espaços educativos, privilegiando a memória histórica, arquitetônica, social e afetiva dos lugares onde estes espaços estão construídos ou necessitam de algum tipo de restauro ou revitalização.

Os espaços de documentação responsáveis pela preservação da história de ocupação do Centro de Campo Grande/MS, que oportuneizei visitar no período de 2018 a 2022, e os diversos materiais escritos e imagéticos que conheci nas conversas informais com profissionais atuantes nesses espaços e a observação participante no campo de pesquisa, me fizeram entender que um dos aspectos importantes na minha pesquisa de mestrado focaliza-se na questão da preservação e do patrimônio material e imaterial.

Conforme as diretrizes do Iphan, considero estes objetos, artefatos, lugares, ofícios e representações culturais de determinado grupo social ou étnico parte importante do conhecimento sobre as origens e permanências de pessoas no centro da cidade, e sobre as desigualdades étnicas, de classe social e a formação urbana.

No meu entendimento, os espaços de divulgação, representação, preservação e produção de alteridades, ou seja, desses outros ou outras originários (as) ou migrantes de outros territórios, que constituem a formação populacional de Campo Grande, MS, podem ser formais e informais e representam a multiplicidade de expressões de nossa cultura, enquanto Patrimônio da Humanidade:

- Formais, quando edificados e simbolizados com o objetivo específico de expor, conservar, preservar, educar e manifestar a origem e a cultura de uma população, ou grupos específicos (étnicos, religiosos);
- Informais, quando, de maneira múltipla, cumprindo outras funções no espaço urbano, apresentam possibilidades, com os mesmos objetivos que os espaços formais, coexistindo outras funções, o próprio centro da cidade de Campo Grande, MS, enquanto espaço educativo, é um museu a céu aberto que traduz, a partir do traçado de suas ruas e avenidas planejadas, da arquitetura e edificações históricas

(como o espaço da Esplanada Ferroviária), dos espaços institucionais de preservação da escrita e de imagens (como o Arquivo Municipal de Campo Grande, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e o Museu da Imagem e do Som MIS/MS), dos espaços de divulgação de arte contemporânea – como os grafismos nos muros e painéis de edifícios, das formas de ser e de estar das pessoas que nele residem ou visitam, a cultura e a organização desta sociedade.

As inúmeras argumentações sobre o direito de morar carregam em seu espírito científico o desejo de mudar de rota e navegar (Comparato, 1999), em ideias transformadoras e altruístas sobre viver em cidades de maneira participativa e democrática. Neste sentido, com referência às elaborações etnográficas institucionais e representativas de parcela da população do Centro, apresento nesta pesquisa algumas legislações e decretos que amparam de maneira legal o acesso à moradia social, seja esta de aluguel ou subsidiada, em espaços centrais da cidade, onde já existem casas e prédios edificadas que não cumprem a função social de moradia, porque estão desocupados ou abandonados e comprometidos em sua infraestrutura, necessitando de restauro ou medidas de conservação, com prioridade àqueles que apresentam características de preservação histórica e patrimonial em sua arquitetura, e contribuam no conhecimento sobre as características de ocupação do Centro a partir da leitura da cidade e do urbano, fortalecendo este espaço enquanto lugar educativo, conforme já foi mencionado.

No que tange à legislação urbanística está definido nos Artigos 1º, 5º e 6º da Constituição Federal o direito de morar, incluído dentre os direitos de garantias individuais da pessoa humana e coletivos, da sociedade de viver de maneira digna. Quando um direito não é cumprido, falar ou escrever sobre este no sentido de chamar a atenção para sua efetivação não é algo repetitivo.

No Artigo 1º, ao definir em seus Parágrafos I, a soberania, II a cidadania, III a dignidade da pessoa humana, IV os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e V o pluralismo político, estabelecendo que “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”, pressupõe a garantia de uma vida digna, com participação dos membros da sociedade em decisões políticas e legais que envolve sua existência e contemple o acolhimento seguro para exercer sua cidadania em

ambiente adequado às condições de existência (Brasil, 1988, p.3), o que pressupõe a participação em Conselhos de representatividade.

No Artigo 5º, que caracteriza o direito à vida, à igualdade e as diversas expressões de liberdade individuais e coletivas prioriza, no parágrafo XXIII, que a propriedade atenderá a sua função social (BRASIL: 1988, p.7).

A moradia é um dos direitos sociais fundamentais, junto com direito a: saúde, educação, trabalho, lazer, segurança previdência social, proteção à maternidade e à infância, e a assistência social aos desamparados, conforme preconiza o artigo 6º desta Lei (BRASIL: 1988, p12).

No capítulo I desta Lei, Da Política Urbana, em seu Artigo 182 § 1º ao 4º, no sentido de ordenar as funções sociais da cidade com mais de vinte mil habitantes e promover uma política de desenvolvimento e expansão urbana, regulamenta que o Plano Diretor de cada município estabeleça diretrizes, em circunstâncias nas quais a terra urbana e as edificações nesta contida não exerça suas funções e, portanto, sejam passíveis de parcelamento, desapropriação – com indenizações de títulos da dívida pública, cabendo ao Senado Federal aprovar, em primeira instância, esta emissão (Artigo 4º, § III) e, posteriormente, encaminhar aos respectivos estados e municípios, e regularização de posse (BRASIL, 1988, p124).

A Lei Complementar Municipal 341, de dezembro de 2018, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) e estabelece as diretrizes e os objetivos de implementação e execução, conforme apresento a seguir:

No Artigo 5º, que regulamenta a política de desenvolvimento urbano ambiental de Campo Grande, MS, está definido a ordenação do desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, conforme as seguintes diretrizes gerais, fundamentadas no Estatuto da Cidade e destacadas no parágrafo I e II: I – garantia do direito a uma cidade sustentável, entendido como o direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as gerações presentes e futuras; e II – gestão democrática por meio da participação da população e de entidades representativas dos vários segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e ambiental (DIOGRANDE, 2019, p.1).

O aparato jurídico apresenta o fundamento legal de propiciar à população o acesso à habitação social no centro da cidade, enquanto uma conquista de direitos e desejos coletivos de permanecer neste lugar. Esta conquista está pautada em inúmeras audiências públicas de participação democrática, nas quais os respectivos representantes da população manifestaram suas necessidades.

Esta representatividade não significa uma consciência popular relacionada ao direito de moradia. A legislação manifesta nas diretrizes do Planurb - que realiza de maneira periódica estas audiências públicas participativas de consulta e informação à população - não é de conhecimento da maioria quantitativa das pessoas que necessitam de uma casa e já estão pagando aluguel no centro. As informações disponibilizadas no site, que disponibiliza espaço para encaminhamento de propostas, referenciadas em legislação como o Plano Municipal de Habitação Social de 2011 e a Lei Municipal 109/2007 (institui a Política Municipal de Habitação de Interesse Social em Campo Grande, MS), não são divulgadas de maneira abrangente em outros meios de comunicação, no sentido de informar as pessoas de sua existência. Não há um informe nos ônibus, lugares públicos, por exemplo, com um informe: “Acesse o Planurb e saiba tudo sobre o planejamento urbano em sua cidade”. Essas legislações possuem emendas atualizadas, que são feitas conforme as questões pertinentes evoluem ou necessitam de adequação e são documentadas no site do Planurb (conforme representada no mapa das Regiões Urbanas do Centro de Campo Grande, MS, Imagem 1).

Em síntese, a importância de morar no Centro, enquanto escolha subjetiva e de sobrevivência, inclui os seguintes princípios:

- Morar no centro da cidade é uma estratégia de estar próxima ou próximo de áreas de preservação, produção cultural e consumo de mercadorias, além de possibilitar a presença de pessoas residindo, o que torna o lugar mais seguro a quem mora, trabalha ou estuda.
- O Centro da cidade é um espaço simbólico da formação e ocupação histórica da cidade, que agrega diferentes espaços de formação educacional, profissional, cultural e participação política ou a proximidade a estes;
- Estar no centro da cidade possibilita proximidade com oportunidades de trabalho próximo dos lugares de morar, privilegiando a condição de pedestre, sem precisar

deslocar-se de grandes distâncias e sem criar demanda de transporte coletivo ou outros meios de deslocamento;

- As pessoas que vivem na área central da cidade utilizam os serviços de saúde dos bairros próximos de entorno, porque o acesso aos mesmos é facilitado por vias de circulação e transporte coletivo, no entanto, por ser uma área de fluente ocupação, o centro da cidade necessita de equipamentos urbanos voltados ao cuidado com a saúde e o planejamento familiar, específicos a esta população que vive no centro;
- O Centro da cidade proporciona acesso a toda área urbana do município com transporte coletivo, ou seja, passear e conhecer a cidade também são direitos.

Nesta pesquisa que proporcionou o levantamento dos conceitos e metodologia propostos, amparada também no trabalho de campo, que é um recurso interdisciplinar fundamental das Ciências Humanas e Sociais, percebemos responsabilidade por parte da Administração atual em garantir o cumprimento legal do direito de morar, porém, o plano de aluguel ou moradia social, ainda que oportunize moradias dignas, não resolve a questão de moradia na cidade, e no centro de maneira específica, na ocupação dos imóveis que não cumprem sua função social.

É necessário pensar uma política pública habitacional que transforme a estrutura fundiária da terra urbana, da propriedade urbana no centro, focalizando os imóveis não ocupados pelas razões mencionadas. O que significa mudar o modo de pensar dos que deliberam, regulamentam e administram esta questão e um movimento reivindicatório dos movimentos sociais e Conselhos participativos da população pela moradia no centro.

4 – CAPÍTULO III – O TERRITÓRIO DE PESQUISA NA CIDADE DE CAMPO GRANDE, MS E AS POSSIBILIDADES DE HABITAR A CIDADE NA PERSPECTIVA DO CENTRO

Sítios arqueológicos na Mesopotâmia, no Egito e na região do Vale do Indu demonstram a presença de civilizações e assentamentos humanos que originaram cidades há mais de cinco mil anos, algumas mais coesas e tradicionais, outras mais pragmáticas. Superando estudos tradicionais sobre a aldeia e o acampamento, a escola Sociológica de Chicago, na década de 20, e a Escola de Manchester, na década de 50, ambas do século XX, centram estudos sobre urbanização e nos movimentos migratórios no hemisfério norte. Na década de 30, sob influência da Escola Livre de Sociologia Política, em São Paulo, começa a se considerar uma antropologia urbana que a partir das décadas de 70 e 80 se consolida na Universidade de São Paulo, apresentando estudos sobre a vida urbana e atitudes coletivas (Magnani, 2016, p. 175, 177, 178). Tais estudos se amplificaram nos grandes centros urbanos brasileiros e nas novas regiões de expansão da fronteira agrícola, como no Centro-Oeste brasileiro, onde cidades de médio e grande porte se originaram a partir de pequenos vilarejos, no entroncamento de ribeirões e córregos.

Populações originárias guaicurus e outras tribos manejavam o gado no território sul-mato-grossense no início do século XVIII, atividade comercial iniciada por espanhóis ainda no século XVI, onde também coabitavam paraguaios remanescentes de missões jesuíticas. A decadência da atividade mineradora em Cuiabá incentivou cuiabanos, goianos, mineiros, paulistas e gaúchos a migrarem para essa região, próspera na produção bovina e terras férteis no século XIX (Gonçalves, 2015), quando se formavam os primeiros núcleos urbanos, no Estado do Mato Grosso do Sul.

No encontro dos córregos Prosa e Segredo e seu entorno, onde está localizado o Horto Florestal na atualidade, na segunda metade do século XIX teve início os primeiros traçados de urbanização e pequenas vilas de casa. O censo oficial do Estado de Mato Grosso registrava a presença de 60 mil pessoas em 1872, quando chegam a estas terras os chamados pioneiros. A importância econômica desta região tem destaque com a comercialização de erva-mate depois da guerra com o Paraguai, que caracteriza a formação histórico-social de diversos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul (Oliveira Neto, 2005).

O distrito de Campo Grande foi criado em 1889, elevado à categoria de vila em 1899 e o primeiro traçado de ruas foi planejado em 1909, resultado de estudos geológicos e hidrográficos. Neste período a Administração Pública contratou o Escritório de Engenharia de Temístocles Paes de Souza Brasil para fazer a medição do terreno de Campo Grande, onde foram georreferenciados os limites das cabeceiras dos córregos que abasteciam a cidade (Congro, 1919).

O município foi criado em 1918. Em 1922 Campo Grande possuía registros de uma excelente topografia que, somadas às condições climáticas e disponibilidade de terras férteis, lhe garantia a possibilidade de crescimento urbano e econômico (Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2004).

A chegada dos trilhos à Estação Ferroviária Noroeste do Brasil em 1914, a inauguração do Cine Guarany depois renomeado de Cine Central, a inauguração do relógio da Rua 14 de Julho em 1933, a criação da base aérea em Campo Grande, MS na década de trinta e o Projeto de Saturnino de Brito para o Sistema de Captação de Água e Esgoto no Bairro Tiradentes e Córrego Ceroula (1938 a 1944) são representações históricas importantes da técnica e da arquitetura que compõem Campo Grande enquanto Cidade (Marques, 2001).

Mais ou menos no mesmo período, em nível nacional, as origens da habitação social no Brasil (Bonduki, 1994) têm início em uma perspectiva populista, no período Vargas (décadas de 30 a 50), quando os setores do Estado começam a intervir no mercado de aluguel e na construção de casas populares. Nesse período, o discurso político estatal era proeminente e produzia uma ideologia de “bem-estar social”, veiculada pela imprensa oficial.

Muitos movimentos populares por moradia começavam a tomar forma reivindicatória e as políticas habitacionais, ainda que produzidas em um governo com características ditatoriais e na conjuntura da produção capitalista mundial e da concentração de terras, que aumentava a configuração urbana em direção às periferias ou limites dos municípios com maior concentração populacional e crescimento industrial, apresentavam algum desempenho em favor dos menos favorecidos.

Na década de 50, quando a população de Campo Grande possuía mais de 25 mil habitantes, foi feito o levantamento hidrográfico da cidade e constatou-se que a hidrografia do município está localizada em sua maior parte na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná e uma pequena parte, a noroeste do território, situa-se na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai. Na

década de 60 foi contratado o escritório do paisagista Roberto Burle Max com intuito de urbanizar as avenidas Afonso Pena e Mato Grosso, que compõem o quadrilátero do centro de norte a sul. Neste período houve corte de grandes árvores (*Ficus benjamina*) que enraizavam no solo, no sentido de permitir a implantação do projeto de urbanização (Barbosa, 2016).

Na década de 70, o córrego que nascia na Rua Maracajú na altura da atual Rua Bahia com a Avenida Mato Grosso (que possuía o mesmo nome) foi canalizado até a desembocadura no Córrego Segredo, a partir de um projeto elaborado pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento. Foi construída a canalização dos córregos Prosa e Segredo, resolvendo um grande problema de enchentes naquele trecho da cidade (Barbosa, 2016). Estas obras demonstram que, naquela época, as intenções de planejamento da cidade estavam progredindo no sentido de torná-la uma grande capital econômica e populacional.

Em outubro de 1977, com a criação do Estado do Mato Grosso do Sul, regulamentada pela Lei Complementar nº 31, Campo Grande é elevada a condição de Capital do Estado. Com grande importância econômica e composta por uma população miscigenada e diversificada, originária de diferentes fluxos migratórios de pessoas de outros estados brasileiros, além de europeus, árabes e japoneses.

Na atualidade tal diversificação é muito maior e caracteriza a diversidade étnica da cidade: indígenas de diferentes troncos linguísticos, negros, pardos e pessoas de outras nacionalidades, como os libaneses, japoneses, paraguaios, portugueses, italianos, espanhóis, armênios, chineses, coreanos, bolivianos, venezuelanos e outras, compõem a miscigenação de nativos campo-grandenses e imigrantes que escolheram a cidade de Campo Grande, MS, e de maneira específica o Centro enquanto lugar de viver e se relacionar, criando vínculos afetivos, familiares, econômicos, culturais e políticos.

Os lugares identificados com características de habitação social e patrimônio histórico e arquitetônico na Região Urbana do Centro de Campo Grande, MS, acolhidos no levantamento de habitações coincidem com os lugares originários de surgimento desta cidade, destacados a partir de diversas interpretações conceituais, segundo distintos autores (Marques, 2001; Oliveira Neto, 2003; Torecilha, 2004; Yonamine, 2004; Weigatner, 2008; Greco, 2014; Oliveira 2018; Carvalho Jr, 2019).

O recorte territorial no campo desta pesquisa etnográfica tem como referência dois espaços antropológicos e geográficos:

- Um representacional, subjetivo, porém espacializado em audiências públicas e assembleias, disponibilizadas no site institucional e conversas agendadas com técnicos responsáveis no Planurb, no qual interpretamos o discurso político dos Representantes da Administração Pública local e dos Representantes da população da Região Urbana do Centro. Em conversa, no segundo semestre de 2024 e primeiro semestre de 2025, eu me reuni com representantes do Planurb, sem a presença dos membros dos Conselhos representativos da população;
- Outro material, que são as edificações térreas ou verticalizadas que possam ser aproveitadas em habitação social e apresentem características de patrimônio histórico e arquitetônico, ou traçados de uma arquitetura moderna, um devir às classes populares que necessitam de um projeto de habitação e empoderamento, no quadrilátero da Rua Calógeras até a Rua 14 de Julho, e a Avenida Mato Grosso e a Rua Dom Aquino, conforme já mencionado e apresentadas na sequência. fotos 1,2,3.

Imagem 2 - Edificação na Rua Calógeras, arquitetura histórica do século XX



Fonte: A Autora

A formação socioespacial e econômica (Machado, 2016) do município de Campo Grande, MS, às margens do córrego Prosa em confluência com o córrego Segredo, simboliza, na atualidade, sua autonomia política e territorial e suas características interioranas. Deseja ser, também, cosmopolita, representada em suas casas e edificações no centro, apresentando

traços de sua historicidade na arquitetura, ou seja, a forma de sua população produzir habitação e meios de existência econômica e cultural.

No campo antropológico desta pesquisa, conforme demonstrado nas imagens 1,2,3, apresento o levantamento etnográfico das habitações no centro da cidade, sejam essas edificações térreas ou verticalizadas, que não cumpram a função social de morar, por falta de condições dos atuais proprietários em promover a ocupação destas moradias, por algum impedimento jurídico (em bom estado de habitação ou não) relacionado a dívida pública de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), com possibilidade de permuta em situação de compra pelo Poder Público, com características da ocupação originária deste lugar, sendo estas de preservação histórica e arquitetônica ou com características mais modernas, e que sejam possíveis de se adequarem às legislações que regulamentam a acessibilidade e inclusão (no sentido amplo do termo, não apenas inclusões físicas e cognitivas, ou seja inclusões sociais: educacionais, culturais, políticas) de moradores com diversas características (todas as faixas etárias, incluindo crianças e idosos).

Muitas das casas e edificações comerciais deste entorno, apresentadas na foto 1, possuem áreas residenciais no fundo do imóvel, o que demonstra a possibilidade de oportunizar habitação, empoderamento social, geração de emprego e renda às famílias mais pobres (até cinco salários mínimos, com diversas características de necessidades socioeconômicas: filhos menores, sem imóvel próprio, sem automóvel, que não possuam recursos financeiros de empreendimento), que tenham a intenção de empreender ou estudar no Centro, tornando este lugar habitado, seguro, preservado e inclusivo em sua urbanidade.

Imagem 3 - Rua Calógeras, próximo à Rua Antônio Maria Coelho



Fonte: A Autora

A imagem 3 apresenta a Rua Calógeras, próximo à esquina com a Rua Antônio Maria Coelho. Possui algumas casas comerciais reformadas no lado esquerdo da foto, contrapondo-se a imagem do lado direito. Apresenta a possibilidade de reviver um lugar, readequar usos e agregar valor, que pode ser visto não apenas do ponto de vista econômico, e também educativo, cultural, de preservação de uma arquitetura originária ocupação na cidade, na primeira metade do século XX.

A questão que permeia todo o trabalho de pesquisa na interpretação de imagens é a compreensão do discurso político e ideológico apresentado no site institucional no Planurb,. A fala dos representantes da Administração Pública Municipal, relativa à habitação e ao patrimônio histórico e arquitetônico no Centro, não prioriza a preservação histórica e arquitetônica de edificações que possam ser destinadas a moradia social permanente, transformando a estrutura de posse do imóvel urbano e, portanto, a estrutura de classe social no conjunto da sociedade, sintetizando um pensamento que não é novo nas questões provocativas da antropologia urbana, moradia para que, para quem e por quê.

Moradia para quem? Para que? Por que?

Moradia ao povo, para transformar, revolucionar, empoderar os mais necessitados, oportunizar recursos materiais importantes, a terra, com embasamento jurídico justo e um olhar antropológico que privilegie as classes populares, que não sejam mais dominadas! Nem pelos aluguéis nem por contratos exorbitantes que não possibilitam um projeto futuro de moradia permanente no Centro; reivindicamos uma inversão de discursos em favor da redistribuição da posse da terra urbana. Reforma

Urbana Já!

(panfletando)

5 – CAPÍTULO IV – PONDERAÇÕES NO CAMPO ANTROPOLÓGICO DE PESQUISA SOBRE HABITAÇÃO SOCIAL NO CENTRO

Apresento nestas ponderações as primeiras considerações etnográficas que acrescento à pesquisa de mestrado, pautadas na compreensão do discurso institucional estudado, na situação atual no campo antropológico, a partir de iconografias produzidas no trabalho de campo, enquanto método e registro de pesquisa. Fiz nesta pesquisa um pequeno ensaio com poucas fotos, e compreendo que o aprofundamento da interpretação das imagens está vinculado à questão do tempo, tanto a produção dos registros quanto sua interpretação necessitam de um tempo maior de organização.

O discurso institucional apreciado nesta pesquisa é ideológico e político, e está pautado em uma ocupação territorial e formas de pensar de classes sociais que detêm a propriedade dos imóveis urbanos, demonstrando que, ainda que existam boas intenções discursivas e estabelecidas no planejamento administrativo, não se prioriza a adequação de áreas de maior valor econômico e patrimonial no centro da cidade a pessoas de média e baixa renda. O que parece abandono é vazio urbano, aguardando valorização imobiliária.

O próprio Responsável Técnico no Planurb citou um projeto anterior de tentativa de compra do Hotel Campo Grande para fins de Habitação Social que não se efetivou, por não haver um projeto avaliado no tempo certo de execução da demanda. Ele opinou que outra questão é o interesse dos comerciantes que não querem pessoas de baixa renda morando no Centro, havendo uma postura de exclusão por parte de pessoas com maior influência econômica, que ele denominou de “higienista”.

Essa questão evidencia que a moradia, ainda que um direito, é tangenciada em lugares mais privilegiados e de maior valor econômico à classe social popular, com renda salarial até cinco salários-mínimos e que a financeirização da moradia popular às camadas mais excluídas da sociedade é, antes de ser uma política pública, um negócio lucrativo que envolve interesses de empresas da construção civil. Os diversos caminhos pelos quais se desenvolveram as políticas habitacionais no Brasil, construindo habitações de baixo custo em periferias dos grandes centros, são parte de uma ideologia que se transformou a partir de inúmeras reivindicações dos movimentos sociais no Movimento Nacional pela Reforma Urbana.

Conforme elaboro em diversas etapas desta pesquisa, a partir das leituras e interpretações bibliográficas, a produção do espaço urbano e seu excedente, que gera renda fundiária da terra urbana, transformando-a em mercadoria dimensionada dentro do sistema capitalista (Melazzo,1996), está inserida dentre as grandes contradições do capitalismo e precisa ser repensada, em tempos de déficit habitacional e de reelaboração de estratégias econômicas e valorativas de recondução dos espaços de viver, no sentido de interromper processos que reproduzem desigualdades econômicas, sociais e culturais no espaço urbano, camuflando estratégias de especulação imobiliária.

No espaço geográfico de pesquisa há testemunhos de construções de outras épocas, do início do século XX e final do século XIX. Há uma etnografia cultural, histórica, arquitetônica, patrimonial de pessoas de diferentes etnias que viveram neste centro em sua origem. Há presença de uma arquitetura moderna. A política de habitação social concatenada com educação patrimonial no espaço público possibilita transformar a cidade em um espaço educativo por si só, agregando valor etnográfico ao patrimônio histórico e urbanístico no Centro.

A transcrição de algumas legislações urbanísticas pertinentes ao direito de morar, nesta pesquisa, tem como objetivo reafirmar a conquista de tal direito, não deixando de lado nossa percepção antropológica no discurso político que é veiculado em site institucional e registrado em estudos e planos de habitação social. Ainda que seja um discurso construído de maneira participativa e democrática, carrega em sua estrutura os interesses empresariais dos detentores dos meios de produção e dos recursos financeiros.

Outra questão que influencia na forma como o centro de Campo Grande, MS, se encontra na atualidade é a gentrificação – um conceito utilizado em sua origem pela socióloga Ruth Glass, para explicar mudanças na composição dos habitantes e na estrutura física dos bairros de Londres (HABITAT BRASIL, 2024) –, fenômeno muito comum em locais nos quais vêm ocorrendo intervenções urbanas.

A substituição de habitantes com menor renda salarial, por outros com melhores condições financeiras, ocasionada pelas melhorias que são feitas, ao longo de algum tempo, chamadas de revitalização, readequação, reordenamento territorial, e que supervalorizam os imóveis, encarecendo o custo de moradia, ainda que estes espaços possuam um valor imobiliário menor, se comparado com áreas mais novas da cidade e com padrões de

construção mais caros, sem haver uma estratégia de ocupação do centro voltada a populações com menor poder aquisitivo é um exemplo disso.

A lógica ocupacional e de planejamento da cidade que, ao pensar na expansão da estrutura urbana e atendimento às necessidades de moradia de populações mais carentes, não previu as disputas imobiliárias e explorações dos terrenos urbanos entre o centro e os bairros mais distantes, e as necessidades sociais das populações que foram sendo transferidas para as periferias da cidade, havendo inclusive uma diluição das características culturais do centro. Com isso afeta a composição social dos habitantes e as formas de consumo no Centro, trazendo em destaque questões importantes a se pensar no centro da cidade, relacionadas à equidade e justiça social às camadas sociais menos favorecidas (HABITAT BRASIL, 2024), aquelas que trabalham ou no próprio centro ou no seu entorno e, em algum momento de sua história de vida, encontraram nesse espaço um lugar de criar laços subjetivos, materiais, familiares, culturais.

O fenômeno da gentrificação no centro de Campo Grande, MS, foi gradual, e ocorreu em diferentes períodos econômicos e do planejamento municipal, proposto por diversas Administrações e se diferencia muito de outras gentrificações que ocorreram em cidades grandes e capitais. As classes sociais mais populares e com menor poder aquisitivo mudaram-se para bairros mais distantes, quando não encontraram em vilas e pequenos cômodos uma alternativa para se manter no centro.

Essas questões ocasionaram impactos também no mercado de trabalho e na forma de utilização do transporte público, encarecendo a circulação e acesso ao centro àqueles que necessitaram mudar para outros bairros mais distantes. Desta forma, a gentrificação traz mudanças nos modos de habitar, consumir, trabalhar, circular e conviver na cidade e no Centro, transformando formas de viver em sociedade, comportamentos e mudanças nas características das classes sociais. A segregação nos bairros da periferia é uma delas, uma tentativa de amenizar conflitos de classe em grupos sociais mais excluídos (“nóis na periferia” como expressam alguns grupos de jovens em suas músicas, buscando colocar modos de ser e valorizar seu espaço de representação). Isso pode ser compreendido como uma estratégia de camuflar preconceitos socioeconômicos – higienismo cultural, étnico ou de classe social.

Uma outra questão relacionada à gentrificação é a desvalorização do patrimônio histórico- cultural material – à medida que casas com arquiteturas da origem fundadora do

município são abandonadas, entram em declínio, necessitando reviver manifestações e formas de ser da cultura local – e do patrimônio histórico cultural imaterial, necessitando ser reavivado por classes sociais mais populares e que residiam no Centro, mantendo modos de ser que fortaleçam vínculos sociais, como sentar-se na calçada com a família e tomar o chimarrão, conversar com os amigos, ver as crianças brincando e contar sua história oral aos vizinhos e parentes sobre suas origens familiares, praticar um artesanato enquanto conversa (tecer um bordado), trocar receitas de comidas tradicionais e planejar festas religiosas ou comemorativas no bairro, feitas pelos próprios habitantes.

Uma questão importante a se pensar no planejamento do centro da cidade e as diversas formas de intervenção é não torná-los espaços exclusivos de consumo de alto padrão e lojas de grifes e estacionamentos, buscando a diversidade (HABITAT BRASIL, 2024), com comércios mais populares e de valorização da cultura local (inclusive os diversos tipos de imigrantes) e do pedestre, do turismo regional e do fortalecimento da permanência de habitantes que agreguem valor educacional, ambiental (brechós, espaços de troca de utensílios domésticos, livros e móveis permanentes) e de formação sócio-histórica à estrutura urbana (arquitetura originária que valoriza o patrimônio histórico) e memória cultural (festas, tradições religiosas, que existem em um calendário cultural esporádico e podem ser permanentes, fazendo parte de um calendário sócio-histórico, cultural, religioso, turístico abrangente).

A atual Administração, representada na questão do planejamento urbano de Campo Grande, MS, pelo Planurb, demonstrou haver planos e estratégias, pautadas no Plano de Desenvolvimento da RU do Centro, para concretizar projetos habitacionais sociais no centro referenciada em projetos habitacionais sociais (Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS, 2024). Percebo que o mesmo atende as diretrizes do Estatuto da Cidade e foi construído a partir de participação popular nos Conselhos Deliberativos (CMDU e Conselho regional RU Centro), ainda que simbolize um poder empresarial, do tipo que pensa mais em construir estacionamentos no centro do que repensar uma política pública de circulação arborizada, priorizando pedestres, e com transporte público de qualidade a toda população na cidade.

No que se refere à questão da representação cartográfica, a leitura técnica prevalece na linguagem proposta pela Administração Pública na apresentação dos planos de readequação e requalificação urbana, na qual a leitura dos mapas por leigos e a ampliação do conhecimento

cartográfico necessitam avançar no sentido de serem mais autônomas e possibilitarem a informação através do mapa, para que este chegue ao maior número de pessoas possível (Prado Filho, 2013). Ainda assim, a forma acessível, como estão disponibilizados em site institucional, é um fator importante na divulgação do conhecimento originado em participação democrática e regulamentado em dispositivos legais. Lembrando que esta não é uma pesquisa cartográfica, e que o mapa é um recurso de visualização.

No meu entender os mapas e legislações disponibilizados em site institucional do Planurb representam inúmeras conversações participativas dos representantes no Conselho Regional RU Centro e no CMDU. Entendo que o fazer etnográfico, ao apropriar-se de tal conhecimento, possui mais um subsídio de interpretação do campo antropológico, e esta pesquisa norteia ensaios para aprofundamentos futuros.

6 – CAPÍTULO V – ETNOGRAFANDO INTERLOCUTORES

Todas as informações agregadas neste capítulo têm como referência as informações disponibilizadas no site institucional do Planurb e nas conversas presenciais, no segundo semestre de 2024 e no primeiro semestre de 2025.

O Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Campo Grande

O Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Campo Grande, MS, também denominado Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Planurb), regulamentada pela Lei n. 3.183, de 22 de agosto de 1995, modificada pela Lei n. 4.237, de 1º de dezembro de 2004, pela Lei n. 4.722, de 1º janeiro de 2009 e pela Lei 5.793, de 3 de janeiro de 2017, é uma instância da Administração indireta da Prefeitura Municipal de Campo Grande, considerado Autarquia autônoma, integrante do setor administrativo municipal e vinculada diretamente ao Chefe do Poder Executivo.

A Agência (O Instituto) Planurb tem por finalidade formular e revisar a política urbana de Campo Grande, MS, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) – Lei Complementar nº 341, de 4 de dezembro de 2018 e suas alterações, e apoiar tecnicamente as ações da Administração Municipal nas questões ligadas ao planejamento físico-territorial e de meio ambiente do Município, por meio de uma gestão democrática e participativa, mediante as seguintes diretrizes:

- garantia do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e meio ambiente;
- cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

- gestão colegiada do Sistema Municipal de Planejamento – SMP; do Sistema Municipal de Geoprocessamento – SIMGEO; e a gestão democrática da cidade nos termos da Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

O planejamento da habitação social é feito por pessoas que moram na cidade, direcionada a pessoas que podem vir a morar no Centro, logo conhecer a atuação destas em perspectiva política e ideológica é etnografar uma política habitacional e patrimonial, no que se refere a sua história e sua arquitetura, a partir do humano.

Todas estas competências, atribuições e legislações foram construídas com participação coletiva e democrática de representantes da população no Conselho da Cidade (CMDU) e no Conselho Regional RU Centro em diálogo com o Planurb, a partir de diversas etapas de planejamento participativo, e vem promovendo a efetivação da habitação social no Centro, pautada em reivindicações populares.

Na primeira conversa realizada no Planurb, fui informada que há projetos em estudo técnico que pretendem viabilizar moradia social em terreno da Avenida Fernando Corrêa da Costa próxima a Rua Rui Barbosa, com previsão de construir 160 moradias, com recursos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e outro próximo à Rotunda, com previsão de 700 unidades habitacionais (informações disponibilizadas em agosto de 2024, durante reunião com Responsáveis Técnicos do Planurb e que também estão cartografadas e salvas no site institucional).

Há intenções de construir moradia social no entorno deste Centro, dentro de um planejamento que vem sendo conversado de maneira participativa no CMDU e Conselho Regional RU Centro. No entendimento do Técnico do Planurb, muitas vezes é melhor construir algo novo, na fundação, na planta arquitetônica do que preservar, porque demanda projetos técnicos que podem demorar mais a se consolidar, pois envolvem as questões de patrimônio, estudos técnicos (representação ETAPA 5 Plano de Desenvolvimento da RU do Centro disponível no acervo cartográfico no site Planurb). Ainda assim, há casas e edificações de habitação social, com características patrimoniais levantadas na pesquisa, contempladas nos estudos técnicos da Prefeitura.

Não me pareceu produtivo transcrever aqui toda a formação dos Conselhos Representativos que está disponível no site do Planurb para consulta pública, conforme fiz

com a questão da legislação urbanística, pois o objetivo da legislação é reafirmar direitos garantidos e está em consonância com os objetivos desta pesquisa. A divulgação da composição dos participantes dos Conselhos teria sentido se eu tivesse conversado com estes, o que não foi possível.

Na segunda conversa presencial que realizei com o Técnico do Planurb, depois do período eleitoral, no primeiro semestre de 2025, ele não me pareceu tão atencioso como a primeira vez que conversamos de maneira presencial. Demonstrou termos pouco tempo para dialogar e apresentou planos de estudos feitos pelas empresas contratadas pela Administração Local, para implantação dos projetos habitacionais na cidade, que estão disponibilizados no site institucional. No momento em que conversávamos foi chamado à responsabilidade por outros(as) Técnicos(as) do Planurb, para fazer suas atividades laborais. Encerramos a conversa com as mesmas informações da conversa anterior.

Encaminhamos, com o Professor Responsável na Orientação desta pesquisa de mestrado, um questionário que solicitava informações sobre o perfil profissional deste técnico ou de quem os Responsáveis no Planurb designassem para respondê-lo, e uma autorização para divulgar os detalhes das conversas presenciais agendadas, nas quais participei no Planurb, Instituto, Agência de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Campo Grande, MS. Não nos devolveram o questionário e a autorização de divulgação das informações obtidas nas conversas agendadas até a finalização desta pesquisa, em agosto de 2025. Neste sentido, me responsabilizei em descrever algumas informações divulgadas nas conversas presenciais, amparadas nas informações disponibilizadas no site, quanto aos planos do Planurb na implementação de projetos habitacionais no centro e aquelas que entendi serem consensuais à divulgação em pesquisa de cunho científico, pois são amparadas em outros estudos e Instituições, como a questão da gentrificação.

Representatividade do Conselho Municipal da Cidade (CMDU)

O Conselho Municipal da Cidade (CMDU) passou a existir em 1987 a partir do Decreto 5484, de 9 de março de 1987, originado de ampla mobilização popular no início da década de 80 do século XX. Foi regulamentado pela Lei n. 2.503, de 4 de julho de 1988, transformando-o em Conselho Municipal de Desenvolvimento e Urbanização (CMDU). A Lei

Complementar n. 341, de 4 de dezembro de 2018, e suas alterações, regulamenta o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande, MS (PDDUA), que define a gestão democrática da cidade.

Este Conselho direciona uma relação entre o Poder Executivo Municipal e a população, assegurando diretrizes para a construção da cidade e do planejamento urbano e rural. Este planejamento definiu também os seguintes instrumentos: Sistema Municipal de Planejamento (SMP); conferências; consulta e audiência pública; iniciativa popular de projetos de lei, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e rural e ampla divulgação de dados e informações.

O CMDU é composto por representantes técnicos da sociedade e pela população, indicados pelos Conselhos Regionais de Regiões Urbanas da cidade e entidades representativas de profissionais da área de geografia, planejamento urbano, direito, como AGB, IAB, OAB, e das Instituições Públicas voltadas a questão habitacional popular.

Conselho Regional - Região Urbana do Centro e respectivas atribuições

Conforme estabelece o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande, Lei Complementar n. 341 de 4 de dezembro de 2018 e suas alterações, os Conselhos Regionais são órgãos colegiados de caráter consultivo e propositivo, compostos por conselheiros titulares e respectivos suplentes, representantes de entidades formalmente constituídas com sede e atuação no Município de Campo Grande, no âmbito daquela região urbana.

Aos Conselhos Regionais compete, no âmbito da respectiva Região Urbana, dentre outras atribuições, as seguintes: acompanhar a aplicação das diretrizes do Plano Diretor e demais legislações pertinentes, sugerindo modificações e prioridades, inclusive no que se refere às obras e serviços, às conversações relativas ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e orçamento Anual, e acompanhar e monitorar os Planos de Bairro, que serão elaborados pela(o) Planurb.

A participação de representantes de diversos setores nas conversações relativas ao planejamento habitacional no centro de Campo Grande, MS, no CMDU e no Conselho Regional da RU do Centro, é compreendida como espaço simbólico de representação e

direciona as políticas públicas do município, agregando valor ao potencial democrático da cidade, à medida que se propõe a ser participativo, de grande interação comunicativa, educativo, formativo de valores e intuítos que promovam a ampliação do direito de morar no centro com dignidade.

O Conselho Regional é dividido em sete regiões urbanas e dois distritos de planejamento e participação: Anhanduizinho, Bandeira, Centro, Imbirussu, Lagoa, Prosa, Segredo, Distrito de Anhanduí e Distrito de Rochedinho. O Conselho Regional Região Urbana (RU) do Centro representa a população do bairro do centro e mais doze bairros no seu entorno, nas questões de planejamento urbano e habitacional.

As regiões urbanas de planejamento nas cidades focalizam uma melhor adequação do uso e ocupação territorial em consonância com a necessidade da população, o desenvolvimento econômico e sustentável e as legislações urbanísticas nos municípios. A definição de tais regiões urbanas são pensadas a partir da necessidade em implementar serviços públicos, comerciais, áreas de preservação ambiental, habitação e vias de circulação nas cidades.

Destacamos as quadras que fazem parte da RU Centro e são responsabilidade dos Conselheiros da RU Centro na questão da representatividade nas conversações relacionadas à moradia social e projetos habitacionais, destinados a população de média e baixa renda nesta pesquisa na 1ª etapa: quadrilátero da Rua Calógeras até a Rua 14 de Julho de leste a oeste e Avenida Mato Grosso até a Rua Dom Aquino, de norte a sul. Na 2ª etapa da descrição de pesquisa incluímos casas e edificações que estão localizadas até a Rua Barão do Rio Branco, porém o levantamento iconográfico privilegiou as edificações da primeira etapa. Ambas as etapas contemplam regiões de estudo nas quais existem projetos para implantação de habitação social por parte da Administração atual e estão dentro das Zona de Interesse Cultural - ZEICs 1 e 2 ou Zona de Interesse Social - ZEISs. Existem outras que estão iconografadas no levantamento e não incluídas nos projetos da Administração atual (Fotos 1,2,3).

7 – CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES

Interpretar a região do Centro neste município, em uma cartografia institucional que possui 897.838 habitantes, e deste total, 61.653 habitantes moram no centro (IBGE, 2022), sendo esta a região de menor déficit habitacional (PETEAN, 2012), focalizando o discurso político verbalizado e disponibilizados em site, sobre a atuação dos Representantes da Administração Pública no Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Planurb) da Prefeitura de Campo Grande, MS, nas questões de habitação social e patrimônio, na conjuntura atual, é parte de uma antropologia urbana contemporânea, que vislumbra ampliar campos antropológicos de interpretação na perspectiva da representatividade e do discurso político.

O território delimitado nesta pesquisa apresenta muitos imóveis desocupados ou abandonados, que não cumprem a função social de morar na cidade. Muitos destes são parte dos planos relativos à adequação e revitalização urbana no município de Campo Grande, MS, pautados no Plano de Desenvolvimento das Região Urbanas, disponível no site da Planurb.

Ao etnografar interlocutores institucionais em Campo Grande, MS – no sentido de descrever discursos representativos da população não proprietária ou proprietária no Centro, é possível perceber a trajetória de implantação da política pública habitacional da Administração Pública, como esta evoluiu em sua legislação, representada em projetos cartográficos, com a participação representativa dos Conselheiros do CMDU e do Conselho Regional RU Centro.

Com destaque ao que propõe Bourdieu: “as categorias de percepção do mundo social são, em essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social” (Bourdieu, 2012, p. 141), entendo que o pensamento marxista dialético não explica todo conflito de classe na questão habitacional. Ainda que a escolha política e ideológica de interpretação privilegie a luta de classes e a busca de equidade social, as formas de representatividade e as condições de participação representativa também tem que ser consideradas na interpretação de propostas de habitação, em prol dos menos favorecidos do ponto de vista econômico, em uma percepção fenomenológica.

Minha percepção é de que o discurso político institucional da atual Administração, representada no site que pode ser acessado por toda população, não prioriza a transformação

da estrutura da propriedade da terra urbana e é embasado na própria formação ideológica de quem faz a política habitacional nesta Administração, suas respectivas formações, especializações e na maneira de conduzir os estudos técnicos, priorizando a contratação de empresas privadas para construir a viabilidade técnica de edificar moradias sociais, despendendo recursos que podem ser aproveitados no próprio Instituto ou Agência Planurb, com profissionais capacitados e com experiência na questão do empreendimento habitacional popular, que não tem que ser de aluguel temporário ou em espaços que estão afastados do centro da cidade, mas sim um lugar que necessita com urgência transformar o conceito de habitação e equidade social, de maneira menos empresarial e mais humana.

Interpretar o cenário Institucional Municipal da política pública em habitação social no Centro é parte de um fazer etnográfico em Antropologia Urbana na contemporaneidade. Em nosso entendimento um caminho epistemológico em construção, ou seja, pensar a cultura de uma sociedade na maneira como planeja, em instituições públicas, sua política habitacional de cunho social e popular e a participação representativa nesta, das classes sociais populares.

Destaco nestas considerações que muitas das referências bibliográficas elencadas nessa pesquisa foram lidas e estudadas em inúmeras etapas de formação acadêmica e, portanto, incorporadas no meu próprio pensamento. Aquelas que fiz citação específica foram mencionadas conforme produzidas pelos(as) respectivos(as) autores(as), e as que elenquei nas referências estão condensadas na minha própria escrita.

Afirmo nas considerações minha escolha ideológica a política a partir de uma antropologia urbana militante, que caminhe de maneira solidária junto com os movimentos sociais urbanos que reivindicam, amparados em legislações que garantem direitos sociais, uma melhor distribuição da propriedade da terra urbana no Centro de Campo Grande, MS, às classes sociais que ainda não possuem casa ou terrenos próprios. Esta pesquisa é, também, por uma habitação com qualidade e amparo digno a todas as pessoas. É também pela luta representativa, o diálogo, as conversações coletivas em todos os lugares, as manifestações artísticas e de gênero, a vida saudável e a prática esportiva, os direitos sociais! Antropólogas e Antropólogos do mundo todo uni-vos! Reforma Urbana na cidade de Campo Grande, MS já! Por uma antropologia científica e militante! A pesquisa científica em antropologia tem ideologia política em favor das pessoas que não possuem casa própria! A ciência e a consciência não são despolitizadas ou despolitizados!

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano. **Campo Grande, memória em palavras: o planejamento com a participação do Conselho Municipal da Cidade.** Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Campo Grande – MS), Campo Grande: PLANURB, 2021.

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade, lugares, situações, movimentos.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6023.** Referências Bibliográficas, agosto, 1999.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6023.** Referências Bibliográficas, 2025.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Hucitec, 1994.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 16ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024.** Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.945-de-31-de-Julho-de-2024-575696390>. Acesso em 17 de setembro de 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais 1º ao 4º, Volume 1 ao 10.** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia – conceitos e temas.** 2º Edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

COMPARATO, Fabio Konder., **A afirmação histórica dos direitos humanos.** São Paulo: Saraiva, 1999.

CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande – 1919.** Estado de Mato Grosso, Publicação Oficial, 1919.

EBNER, Íris de Almeida Rezende. **A cidade e seus vazios: investigação e proposta para os vazios urbanos de Campo Grande.** Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1999.

GODFREY, Lienhardt. **Antropologia Social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

GRECO, M. M. Dib Mereb. **A menina e o trem**. Campo Grande, MS: Instituto Histórico e Geográfico de Campo Grande, 2014.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 249–356.

GONÇALVES, Ana. Patrimônio etnográfico. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

LÉFÈBVRE, Henry. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Coleção Os Pensadores), v. 43, p. 17-34.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: SANTOS, Milton. **Novos Rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 202 a 208.

MARTINS, Maria Helena Pires. **Preservando o patrimônio e construindo a identidade**. Coleção Aprendendo a conviver, 1ª Edição. São Paulo: Editora Moderna, 2001. (Paradidático indicado na Educação Básica)

MARQUES, Rubens Moraes da Costa. **Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense II**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001.

MATHIAS, R. **Antropologia e arte**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Claridade, 2018.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. **A rua e a cidade: Campo Grande e a 14 de Julho**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2005.

RIBEIRO, L.C. de Q; PECHMAN, R.M. **O que é questão de moradia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

ROLNIK, R. **O que é Cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª Edição. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio-Técnico-científico-informacional**. 5ª Edição. São Paulo: Edusp, 2008b.

SOARES FILHO, José Guilherme (Org.). **Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. Espaço. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Andalucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

TORRECILHA, M. L. **A fronteira, a cidade e a linha**. Campo Grande, MS: UNIDERP, 2004.

YONAMINE, S. Seiko. **Cidades são cenários de encontro: gestão urbana, democracia e desenvolvimento em Campo Grande, MS**. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2004.

Mapas, Legislações

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, MS. **SISGRAN – Sistema Municipal de Indicadores Georreferenciados para o Planejamento e a Gestão de Campo Grande**. Disponível em sisgran.campogrande.ms.gov.br. Acesso em junho de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, MS. **Lei Complementar 186/2011**. Área Urbana do Município de Campo Grande, MS, Bairros, Anexo II, Planta 2 (Altera Anexo II Planta 5 da Lei Complementar 107/2007 de Zonas de Uso e Ocupação). Disponível em <https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/> . Acesso em dezembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, MS. **Lei Complementar 186/2011**. Área Urbana do Município de Campo Grande, MS, Região Urbana do Centro, Macrozona de Adensamento Prioritário MZ1, Zona Especial de Interesse Social ZEIS, Zona Especial de Interesse Cultural ZEIC. Disponível em <https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/> . Acesso em dezembro de 2024.

PREFEITURA DE CAMPO GRANDE, MS. **Lei Complementar 141/2009**, Área Urbana Município de Campo Grande, MS, Zoneamento 11 e 12, Anexo II, Planta 3. Disponível em <https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/> . Acesso em dezembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, MS. **Lei Complementar 74/2005**, Regiões Urbanas do Município de Campo Grande, MS, Anexo II, Planta 1. Disponível em <https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/>. Acesso em janeiro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. **Plano de Desenvolvimento da RU do Centro Campo Grande/MS**, Minuta do Projeto de Lei - Anexo II, Etapa 5. Disponível em <https://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/>. Acesso em julho de 2024.

Periódicos

ABRAMO, Pedro. Formas de financiamento do acesso à terra e funcionamento do mercado fundiário-imobiliário: um ensaio com base na noção de regime urbano. In: Planejamento e Território, ensaios sobre a desigualdade. **Cadernos IPPUR/UFRJ** - Instituto de Pesquisa e Planejamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, janeiro a abril, 1986, páginas 179-205.

ALVES, Aletheya. Quando vai chegar a hora da Calógeras também voltar a pulsar? **Campo Grande News**, 19/09/2024.

BARBOSA, Raoni Borges. Perspectivas e tradições do fazer etnográfico. **Anuário Antropológico**, v. 41, nº 2, 2016, p. 127-156. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/2379>. Acesso em 20/09/2024.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, volume XXIX, 1994, p.711 a 713.

Café com conselheiros regionais do centro acontece neste sábado. **MS da Gente**, Campo Grande, MS, 23/5/2024. Disponível em: <https://www.msreporter.com.br/capital/cafe-com-os-conselheiros-regionais-do-centro-acontece-neste-sabado/68758>. Acesso em 31 de agosto de 2024.

CARDOSO, Adauto Lucio. Política habitacional: a descentralização perversa. In: Planejamento e Território, ensaios sobre a desigualdade. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Instituto de Pesquisa e Planejamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, janeiro a abril, 1986, páginas 105-121.

CAVALCANTI, Izabela. Prefeitura abre inscrições para Vila dos Idosos nesta quinta-feira - As unidades serão destinadas à locação social, sendo proibida a opção de compra ao final do contrato. **Campo Grande News**, 4/7/2024. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/prefeitura-abre-inscricoes-para-vila-dos-idosos-nesta-quinta-feira>. Acesso em 2/9/2024.

Centro de Santos recebe construção de novos edifícios com moradia para a população. **Jornal A Tribuna**, 3/8/2024. Disponível em: <https://www.atribuna.com.br/projetos/summit-construcao-civil/centro-de-santos-recebe-construc-o-de-novos-edificios-com-moradias-para-a-populac-o-1.432319>. Acesso em 31 de agosto de 2024.

CYMBALISTA, R. Lendo e compartilhando Jane Jacobs. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.4, n.1, p.170 – 209, ago./dez. 2016.

DIOGRANDE **Diário Oficial de Campo Grande** – MS, XXVI, nº 6961, 01/03/2023,p.01.

_____ **Diário Oficial de Campo Grande** – MS, XXII, nº 5539, 03/04/2019,p. 01.

EDITAL SMP nº 7/2023, de 11 de agosto de 2023.Sistema Municipal de Planejamento Urbano – SMP. Altera o edital SMP nº 5/2023, de 26 de julho de 2023.**DIOGRANDE**, MS, XXVII, nº 7159, de 11/8/2023, p. 8, 9.

FRUGOLI JR., Heitor; TALHARI, Julio Cesar. Entre o tecido físico e social das cidades – entrevista com Sharon Zukin. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Volume 29, nº 84, fevereiro, 2014.

FRUGOLI JR.; SKLAIR J.O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. **Cuadernos de Antropología Social**, nº 30, pp. 119-136, 2009.

MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEoGraphia**, ano 18, nº 38, 2016, pp. 71-98.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Antropologia Urbana: desafios e perspectivas. **Revista de Antropologia**. 2016, 59 (3), p. 174-203.

MELAZZO, Everaldo Santos. Renda fundiária e espaço urbano. MELO, Jayro Gonçalves (Org.). **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente, SP: GAsPERR, 1996, p. 97 a 110.

MYASHIRO, Aícia. Manifesto pela legislação urbanística de Campo Grande é validado pelo Conselho Municipal. **Correio do Estado**, 3/6/2024. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/politica/manifesto-pela-legislacao-urbanistica-de-campo-grande-e-validado-pelo/431260>. Acesso em 31 de agosto de 2024.

NAME, Leo; LONTRA NASSIF, Cristina. Notas sobre mapas, mapeamento e o planejamento urbano participativo no Brasil na perspectiva de uma cartografia crítica. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Biblio 3w. Barcelona: Universidade de Barcelona, 25 de março de 2013, Volume XVIII, nº 1018. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-1018.htm>. Acesso em 24 de setembro de 2024.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A Cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul, nº 38, janeiro a junho, 2013, p. 45 a 59. Disponível em file:///C:/Users/User/Downloads/2471-Texto%20do%20Artigo-15593-2-10-20130812.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2024.

SEGATO, R. L. Antropologia e direitos humanos: Alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Revista Mana** – Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro, nº 12, v. 1, abril, 2006.

SILVA, Giuslaine Francisca da. A memória coletiva. Revista do corpo discente de história da UFRGS. **Aedos**, Porto Alegre, v. 8, nº 18, 243-253, agosto, 2016.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade. **Cadernos IPPUR/UFRJ** - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ano 1, nº 1, janeiro a abril, Rio de Janeiro, RJ: IPPUR/UFRJ, 1986. pp. 13 a 32.

Sites Institucionais

CARTA DO NOVO URBANISMO. Disponível em https://www.cnu.org/sites/default/files/cnucharter_portuguese.pdf. Acesso em agosto/2024.

HABITAT BRASIL. **Gentrificação: o que é, como ocorre e impactos sociais**. Disponível em <https://habitatbrasil.org.br/gentrificacao/>. Acesso em 13 de setembro de 2024.

IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Cidades e Comunidades Sustentáveis**. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html>. Acesso em 05/09/2024.

LABCIDADE. Chaves para pensar a moradia como um direito e não como uma mercadoria na era da financeirização. 06/08/2021. Original publicado em **La Diaria**, 29/07/2021. Tradução e adaptação: Leonardo Foletto. Disponível em <http://www.labcidade.fau.usp.br/chaves-para-pensar-a-moradia-como-um-direito-e-nao-uma-mercadoria-na-era-da-financeirizacao>. Acesso em julho/2023.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Ministério das Cidades inicia projeto piloto de locação social em Campo Grande - MS**. 06/06/2023. Disponível em <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/ministerio-das-cidades-inicia-projeto-piloto-de-locacao-social-em-campo-grande-ms>. Acesso em julho/2023.

Teses e Dissertações

CARVALHO JR, F. C. Camilo de. **Planejamento top down: territorialização e desenvolvimento local a partir da região central de Campo Grande, MS**. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Local). Campo Grande, MS, UCDB, 2019. Disponível em <https://site.ucdb.br/cursos/4/mestrado-e-doutorado/32/mestrado-e-doutorado-em-desenvolvimento-local/13242/mestrado-em-desenvolvimento-local/13284/dissertacoes/13289/>. Acesso em novembro/2020.

OLIVEIRA, Yule. **A Dimensão Humana no Espaço Urbano: a área central de Campo Grande/MS**. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Local). Campo Grande, MS, UCDB, 2018. Disponível em: <https://site.ucdb.br/cursos/4/mestrado-e-doutorado/32/mestrado-e-doutorado-em-desenvolvimento-local/13242/mestrado-em-desenvolvimento-local/13284/dissertacoes/13289/?o=1324>. Acesso em janeiro/2020.

PETEAN, Gustavo Henrique. **Déficit Habitacional: um indicador como função controle para políticas públicas**. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração (Mestrado em Administração). Campo Grande, MS, UFMS, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/1627/1/Gustavo%20Henrique%20Petean.pdf>. Acesso em 17 de agosto de 2024.

WEINGATNER Gutemberg dos Santos. **A construção de um sistema: os espaços livres públicos de recreação e de conservação em Campo Grande/MS**. Tese. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo, FAU/USP, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-14012010-150527/pt-br.php> . Acesso em 24 de setembro de 2025.